

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CRISTIANE DE ÁVILA SILVA

**O OLHAR DO NAUTA DA EXPANSÃO DO SÉCULO XV: A
alteridade na representação do africano de cor de pele preta na obra
cadamostiana**

Alfenas/MG

2018

CRISTIANE DE ÁVILA SILVA

**O OLHAR DO NAUTA DA EXPANSÃO DO SÉCULO XV: A
alteridade na representação do africano de cor de pele preta na obra
cadamostiana**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas/MG. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica. Orientador: Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski

Alfenas/MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de
Alfenas

Silva, Cristiane de Ávila.
S586o O olhar do nauta da expansão do século XV: a alteridade na
representação do africano de cor de pele preta na obra cadamostiana. /
Cristiane de Ávila Silva – Alfenas/MG, 2018.
77f.: il. –

Orientador: Carlos Tadeu Siepierski.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de
Alfenas, 2018.
Bibliografia.

1. Ca'da Mosto, Alvise, 1432-1488. 2. África – Descrições e Viagens. 3.
Portugal – História – Período de descobertas, 1385-1580. I. Siepierski,
Carlos Tadeu. II. Título.

CDD-946.902

CRISTIANE DE ÁVILA SILVA

**“O OLHAR DO NAUTA DA EXPANSÃO DO SÉCULO XV: A ALTERIDADE NA
REPRESENTAÇÃO DO AFRICANO DE COR DE PELE PRETA NA OBRA
CADAMOSTIANA”.**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação apresentada como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestra em
História Ibérica pela Universidade Federal de
Alfenas. Área de concentração: Ensino e
Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 28/09/2018

Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:

Profa. Dra. Aparecida Maria Nunes
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:

Profa. Dra. Elaine Ribeiro da Silva dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura:

Dedico à minha amada e doce Sophia e ao meu marido Lucas, pelo apoio e compreensão durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alfenas e ao Programa de Mestrado Profissional em História Ibérica e ao povo brasileiro pela oportunidade de estudar em uma instituição pública.

Aos professores do Programa de Mestrado.

Às professoras doutoras presentes na banca: Elaine Ribeiro da Silva dos Santos, que contagia pela sua militância inculcando em mim o mesmo sentimento, e à professora Aparecida Maria Nunes, chamada carinhosamente por nós como professora Cyda, pelas discussões sobre os viajantes e seus olhares variados sobre os povos encontrados e pela companhia como nauta em território espanhol em um carrinho Fiat 500.

Ao meu orientador professor Dr. Carlos Tadeu Siepiersk, que com sua exigência, didática e métodos em grupo únicos, fez com que esta pesquisa se tornasse possível, sou oriunda de uma graduação particular e, em minha formação, nunca havia produzido textos. Estou aprendendo a escrever e a produzir conhecimento com ele e sou muito grata por isso.

À Gabriela do CEAD, que sempre solícita me ajudou a criar o Objeto de Aprendizagem, que finalizado possui mérito meu e dela.

Ao amigo Allisson Vieira Gonçalves que, sempre com muita paciência e boa vontade, lê meus textos, contribuindo ricamente com os conteúdos antropológicos e com suas opiniões.

Aos amigos do mestrado pelas trocas de conhecimentos que para mim são como dádivas, e pelas cervejas das quintas-feiras, sobretudo aos amigos Thomas, Camila, Altino, Jonatas e Daniel.

Aos meus pais, José Antonio e Marina, pela ajuda em cuidar da minha filha sempre que precisei me ausentar para trabalhar na pesquisa e frequentar as aulas; além de todo apoio que sempre me deram.

À irmã mais amiga, Angélica, por sempre acreditar em mim e sempre estar ao meu lado nas peripécias da vida, sendo um dos maiores suportes que tenho.

À FAPEMIG pela bolsa concedida, possibilitando minha ida a Universidade de Granada - Espanha, no ano de 2018, na qual tive a oportunidade de apresentar uma Comunicação.

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

(FERNANDO PESSOA, 1934, p.11)

RESUMO

A presente pesquisa objetivou compreender como a alteridade negra africana foi representada por Cadamosto em seu relato e identificar como o pensamento cristão, juntamente com o sistema de cores próprios desse contexto europeu influenciou essa representação. A análise das experiências dos encontros entre os portugueses e africanos permite a articulação com o ensino de História na Educação Básica, apresentando aos educadores e educandos o processo da relação entre negros e portugueses anterior ao tráfico de mão de obra escravizada e como o europeu presente na Expansão Marítima Portuguesa concebeu em seu imaginário o olhar sobre a cor da pele preta, explorando aspectos pouco abordados nos livros didáticos, além de ser uma temática com importantes contribuições para a historiografia que lida com os relatos de encontros fora do contexto americano. Os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de uma revisão bibliográfica de artigos, livros que retratam as navegações marítimas portuguesas e os contatos entre portugueses e africanos de pele preta no século XV, sobretudo as versões portuguesas dos relatos de Cadamosto, publicadas nos anos de 1812, 1867 e 1944 respectivamente. Outro objetivo foi a criação de um Objeto de Aprendizagem, interativo e digital, para ser utilizado por professores da rede pública e particular da Educação. Intitulado África em Portugal, o OA possui um conjunto de informações dentro da temática da Expansão Marítima Portuguesa do século XV que contém: diálogos, textos, imagens, questões interativas, mapas. O OA é voltado para o público de Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Palavras-chaves: Narrativas de viagem. Representação. Cadamosto. Grandes navegações. Expansão marítima.

RESUMEN

La presente investigación objetivó comprender cómo la alteridad negra africana fue representada por Cadamosto en su relato e identificar cómo el pensamiento cristiano, junto con el sistema de colores propios de ese contexto europeo influyó esa representación. El análisis de las experiencias de los encuentros entre los africanos portugués y permite la conexión con la enseñanza de la historia en la enseñanza primaria y secundaria, con los profesores y estudiantes el proceso de la relación entre los negros y los ex portugués al esclavo trata laboral y cómo el presente europea en Expansión Portuguesa Maritima concebido en su imaginación el aspecto de la piel de color negro, la exploración de algunos de los aspectos tratados en los libros de texto, además de ser un tema con importantes contribuciones a la historiografía que se ocupa de las reuniones de los informes fuera del contexto de América. Los datos de este estudio se obtuvieron a través de una revisión bibliográfica de artículos, libros con los viajes marítimos portugueses y los contactos entre los africanos de lengua portuguesa y negro de piel en el siglo XV, sobre todo las versiones portuguesas de relato de Cadamosto, público en los años de 1812, 1867 y 1944 respectivamente. Otro objetivo, fue la creación de un Objeto de Aprendizaje, interactivo y digital, para ser utilizado por profesores de la red pública y privada de la Educación. Titulado Africa en Portugal, la OA tiene un conjunto de información dentro del tema de la expansión marítima portuguesa del siglo XV que contiene: diálogos, textos, imágenes, preguntas interactivas, mapas. El OA se dirige al público de Enseñanza Fundamental II y Enseñanza Media.

Palabras claves: Narrativas de viaje. Representación. Cadamosto. Grandes navegaciones, Expansión marítima.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PORTUGAL EM ÁFRICA.....	14
2.1 A Expansão Marítima Portuguesa pela costa Africana	14
2.2 Os nautas portugueses na África	21
2.3 Dos primeiros relatos sobre os portugueses na África	22
2.4 O olhar do viajante	24
2.5 Os relatos de viagem	27
2.6 Do código cultural das cores e da paleta mesológica.....	31
3 AS NAVEGAÇÕES DE LUÍS DE CADAMOSTO	37
3.1 Informações de Luís de Cadamosto	37
3.2 Os relatos de Cadamosto como fonte historiográfica.....	38
3.3 Versões da crônica analisadas	43
4 REPRESENTAÇÃO E ALTERIDADE NA OBRA CADAMOSTIANA	51
4.1 Das terras e da geografia	51
4.2 Das gentes e costumes.....	56
4.3 Discussão dos resultados.....	63
5 OBJETO DE APRENDIZAGEM	67
5.1 Dos desafios da docência	67
5.2 Do Objeto de Aprendizagem desenvolvido.....	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXO - Documento 29: A Abertura atlântica, referências cronológicas.	74

1 INTRODUÇÃO

A primeira etapa das Expansões Marítimas Portuguesas, iniciadas em 1415, com a tomada de Ceuta e, em 1419, com as viagens de descobrimento pelo oceano Atlântico, teve como marco final o regresso de Vasco da Gama a Lisboa em julho de 1499, após a circum-navegação do continente africano pelo Cabo da Boa Esperança. De acordo com Charles Boxer, essas viagens foram impulsionadas por fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, essa etapa teve como principal financiador o Infante Dom Henrique (o navegador) e, posteriormente, outros membros da dinastia de Avis. (BOXER, 2002, p. 33).

Essas viagens, conhecidas pela historiografia como Campanha da África Ocidental, colocaram os portugueses em situação de vanguarda nos descobrimentos marítimos, inclusive recebendo apoio da igreja católica na forma do monopólio das terras descobertas e ainda não descobertas por meio de bulas papais. Na *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, ou Crônica da Guiné, escrita em 1453 por Eanes Gomes de Zurara, escudeiro do Infante e cronista do reino, há uma intenção em demonstrar o papel específico que Portugal iria desempenhar no processo missionário junto das populações descobertas. O historiador Didier Lahon recorda que a função dessa Crônica não é somente destinada a elogiar as ações militares dos portugueses nas costas africanas e os méritos do Infante Dom Henrique. O texto é, sobretudo, destinado à cúria Romana, como forma de convencer o Papa a entregar à Coroa portuguesa o monopólio da conquista das costas africanas e a conversão dos povos “pagãos” (LAHON, 2012, p. 57).

Outra crônica escrita na época dos primeiros contatos é a de Alvise da Ca' Da Mosto, ou como ficou conhecido em Portugal, Luís de Cadamosto, *As viagens de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, na qual narra suas próprias aventuras e de Pedro de Cintra, escrita após suas viagens de 1446 pela região da Gambia.

Durante a Expansão muitos viajantes reproduziram suas experiências pela costa e terras africanas em forma de relatos ou crônicas. Essas narrativas compõem os dois conjuntos discursivos quatrocentistas que mais ajudaram a dar contorno aos indivíduos pretos da África no imaginário dos nautas portugueses e, posteriormente, para seus

vizinhos europeus. O discurso presente nas obras demonstra a estranheza e curiosidade dos nautas portugueses cristãos sobre os hábitos dos povos da África, compondo um material para compreendê-lo melhor do que o homem preto propriamente dito (FRANÇA, 2015, p. 67).

Tratando-se da geográfica da África, de acordo com Catherine Coquery-Vidrovitch, os europeus conheciam apenas as regiões ao Norte do continente, próximo ao Mediterrâneo, acima da barreira do Saara, onde viviam povos conhecidos até então como “mouros” e “núbios”, povos que habitavam regiões descritas pelos europeus no século XV e XVI, como Barbaria ou Berberia e que possuíam a pele mais “clara”. A África negra permanecia isolada do mundo europeu (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 9). Descobrir-se-ia durante a expedição marítima, possivelmente após a passagem do Cabo do Bojador, em 1434, por Gil Eanes, que a África estender-se-ia para o sul e que – indo contra o esperado – era habitada (LOPES, 2001, p. 12).

A Europa Medieval, segundo Charles Boxer, era uma escola cruel e dura, composta por uma alta e pequena nobreza turbulenta e traiçoeira, um clero ignorante e desleixado, camponeses e pescadores trabalhadores, mas embrutecidos, e uma população urbana do tipo da “população da lisboeta quinhentista” descrita por Eça de Queiroz cinco séculos mais tarde, como “essa plebe beata suja e feroz”. Tais eram essas as características das classes sociais da época e da qual saíram os aventureiros e viajantes das descobertas marítimas (BOXER, 2002, p. 21).

Os nautas portugueses frequentes nas viagens de expansão foram os aventureiros, emissários, peregrinos, marinheiros, missionários e exploradores científicos, eruditos. Seus motivos e intenções pessoais já estavam definidos antes mesmo de embarcarem nas naus portuguesas: a obtenção de fama e riqueza, de títulos régios, a descoberta de ouro, a conquista da honra e a busca por novas aventuras. Entre seus dirigentes – além do já citado Infante D. Henrique – estavam reis, nobres, príncipes e mercadores. De modo geral, as principais motivações das empresas foram as cruzadas contra os muçulmanos, o ouro da Guiné, a procura do Preste João e a rota para as Índias Orientais (BOXER, 2002, p. 34).

Assim como existiam variações nas características e intenções desses indivíduos, também variavam seus olhares ao interpretarem o que viam. Essas interpretações, transmitidas por meio de crônicas e relatos evidenciam um tipo de olhar que permite o

entendimento do pensamento, característico desse contexto. Esse olhar, ou olhares, descritos em suas variadas formas nas narrativas e relatos de viagens, tem a ver com os modos novos de lidar consigo e com os outros.

De acordo com Adone Agnolin, essas narrativas dos europeus com relação a outros povos eram influenciadas pelo pensamento cristão ocidental, que tem como premissa a ideia de um universalismo. Esse tipo de lógica comporta a possibilidade da redução do não cristão ao cristão, ou seja, a redução da alteridade dos povos em contato e sua assimilação pela cristianização (AGNOLIN, 2005).

Esses africanos de cor de pele preta foram identificados como “gentios ou pagãos”, ou seja, aqueles que viviam de acordo com suas leis naturais. Isso chama a atenção dos nautas portugueses (pensando na premissa do universalismo cristão) para a cristianização desses sujeitos que ganharam destaque e valorização nas narrativas, já que para os cronistas isso era um fator favorável. O viajante acredita que esses sujeitos poderiam se converter ao cristianismo, aumentando ainda mais o monopólio português, dado pela Igreja pelas novas terras descobertas.

A cosmovisão que impregnava o imaginário lusitano, anterior aos encontros, relacionava a cor preta ou negra a signos negativos, como, por exemplo, nas *Cantigas de Santa Maria*, do século XIII, ou nas obras espirituais portuguesas *O Boosco Deleitoso* e *O Horto do Esposo*, ambas escritas no final do século XIV, nas quais o adjetivo “negral” é sinônimo de desgraça ou mau agouro ou como o enegrecimento da pele aparece associado à morte (aqui nesse contexto é um referente que representava um sistema de cores próprios do código cultural da época), podendo existir até mesmo a relação com a nomenclatura da peste que assolou algumas regiões da Europa, incluindo Portugal – a Peste Negra (HORTA, 1991, p. 45).

Levando em consideração essas discussões, colocam-se as seguintes questões: como o nauta português representou o africano de cor de pele preta em seus primeiros olhares? Como se construiu o olhar de Luís de Cadamosto, que tinha como referente o pensamento ocidental cristão característico da época – além de um sistema de significação de cores particular como orientação – durante os primeiros contatos com os africanos de cor de pele preta? Como a alteridade negra africana foi representada por Cadamosto em seu relato?

O objetivo principal desta pesquisa é compreender como o africano de cor de pele preta foi representado por Luís de Cadamosto em seu relato. Inserido nesse objetivo, ao longo do percurso de investigação colocam-se como objetivos específicos, levantar informações sobre as primeiras viagens de expansão portuguesa e seus viajantes; identificar como o pensamento cristão europeu influenciou os primeiros contatos entre os europeus e africanos pretos, juntamente com o sistema de significação de cores próprios desse contexto; analisar informações contidas em versões de uma das primeiras crônicas de viagem produzida por um nauta que retratou os encontros entre portugueses e africanos de pele preta (o relato cadamostiano). Por fim, em conformidade com o requerimento do programa de Mestrado Profissional em História Ibérica, desenvolver um objeto de aprendizagem digital e interativo, relacionado à temática da pesquisa para ser utilizado na facilitação do ensino de História nas escolas das redes de Ensino Fundamental II e Médio.

A pesquisa contempla a Lei 10.639, alterada pela Lei 11.645, que estabelece a obrigatoriedade nos estabelecimentos de Ensino Básico e Superior, oficiais e particulares, do ensino e pesquisa sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana, valorizando a cultura e a participação do negro como sujeito histórico. O parecer 003/2004 visa a atender e regulamentar essa lei, afirmando que a relevância do estudo de temas decorrentes da História e Cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se, enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Ainda de acordo com o parecer, os sistemas de ensino e estabelecimentos de Educação Básica devem providenciar o apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, em que o foco seja a educação das relações étnico-raciais.

Pensando na proposta do Programa de Mestrado em História Ibérica, a pesquisa sobre as experiências dos encontros entre os portugueses e africanos permite a articulação com o ensino de História na Educação Básica, apresentando aos educadores e educandos o processo dos encontros e contatos entre esses personagens, anterior ao tráfico de mão de obra escravizada. Esse elemento permite explorar aspectos pouco abordados nos livros didáticos, além de ser uma temática que oferece importantes

contribuições para a historiografia que lida com os encontros fora do contexto americano. Entender como o europeu concebeu em seu imaginário o olhar sobre a pele de cor preta, permite uma abordagem que dialoga com a História Cultural, ou seja, pode-se usar de conceitos e instrumentais de análise de áreas, como a Antropologia, por exemplo, para discutir os dados. Desse modo, as experiências dos sujeitos envolvidos nesse contexto – influenciados por um determinado conjunto de ideias e valores ou representações – podem ser investigadas de maneira a fornecer um quadro de sua cosmovisão no século XV.

2 PORTUGAL EM ÁFRICA

2.1 A Expansão Marítima Portuguesa pela costa Africana

De acordo com Boxer, parte da historiografia da expansão retrata Portugal como uma nação predominantemente marítima. Num certo ponto realmente é verdade, visto que foram os portugueses que abriram caminhos por “mares nunca antes navegados”, como dizem os versos de Camões. Mas o autor contesta essa afirmação, em sua obra intitulada *O Império Marítimo Português*, dizendo que a costa portuguesa possui poucos portos naturais (Lisboa e Setúbal sendo os dois únicos), que marinheiros experientes em viagens de alto-mar eram escassos em Portugal e que, em longos períodos de tempo, fez-se sentir séria falta deles (BOXER, 2002, p. 29).

Anteriormente às viagens de expansão, havia no século XIV um comércio marítimo de pouca expressão, mas em expansão. Esse comércio se baseava na exportação de sal, vinho, azeite, peixe, frutas, cortiça, bagas e couro para Flandres, Inglaterra, Mediterrâneo e Marrocos; e na importação de trigo, tecidos, ferro, madeira e ouro e prata. Comparadas ao trabalho agrícola, as expedições marítimas, por mais importantes que pareçam, podem apenas ser consideradas limitadas, fragmentárias e intermitentes (BOXER, 2002, p. 23).

O mar desempenhou certamente em alguns sentidos um papel mais importante na história de Portugal que qualquer outro fator isolado, mas isso não significa que os portugueses eram melhores marinheiros e aventureiros que camponeses ligados a terra. A porcentagem de indivíduos que saíam em viagens marítimas à procura de melhoria de vida era certamente menor em Portugal que em outras regiões da Europa, como a Holanda Setentrional, Inglaterra Meridional, regiões da Biscaia, da Bretanha e certas zonas do Báltico. (BOXER, 2002, p. 28). Talvez esses fatores naturais e humanos expliquem a presença de estrangeiros a bordo de navios portugueses durante as empresas na Expansão Marítima Portuguesa, como holandeses, alemães, espanhóis, italianos, entre outros.

Em Portugal, a centralização do poder político e a permanência de uma dinastia, permitiu a condução de um empreendimento de grande porte, ao longo do século XV e de parte do século XVI. O projeto de Expansão Marítima Portuguesa fora erigido a

partir da ascensão de D. João I (mestre da dinastia de Avis) ao trono e se tornou um elemento fundamental da política dos Reis da Dinastia, os quais aproveitaram cada fase do movimento de expansão, conforme seus interesses políticos. Além disso, o reino português durante o reinado de D. João I gozava de certa tranquilidade devido ao acordo de paz com o reino de Castela, o que proporcionou a situação favorável que Portugal precisava para as empreitadas pela costa africana (BARBOSA, 2013, p. 2).

A dinastia de Avis logo percebeu que o mar e as terras para além dele pareciam ser o penhor da manutenção do cotidiano da finisterra peninsular que era Portugal. As riquezas internas do reino estavam esgotadas, a terra faltava para agraciar vassalos e pagar serviços. Os metais preciosos de boa cunhagem para as moedas não existiam no reino. Muitos eram os motivos para perseguir e procurar os recursos que se escasseavam no reino (COELHO, 2008, p. 227).

O Infante D. Henrique, um dos quatro filhos de D. João I, é considerado o idealizador e mentor dessa expansão, até o ano de sua morte, em 1460. Os sucessivos reis dessa família – Duarte I, filho primogênito de João I, que reinou entre 1433 e 1438, Afonso V (1438-1481), João II (1481-1495), Manuel I (1495-1521), João III (1521-1557) e Sebastião I (1557-1578) – tomaram iniciativas e deram continuidade a esse projeto expansionista até meados do século XVI (FILHO, 2012, p. 6).

De acordo com Ki-Zerbo, D. Henrique, nascido em 1394 e chamado de O Navegador, a quem o pai confiara o forte de Ceuta no Norte da África, era um cristão cheio de zelo que concebeu o plano de combater o Islão com a ajuda do Preste João. Por toda a parte, cristãos procuravam pelo celebre Preste João e, não o havendo encontrado na Ásia, basearam-se em rumores trazidos por palestinos. Esses rumores tratavam de um rei cristão que dominava um país situado para além do Egito, assim, concluiu-se que poderia ser o Preste João. Mas, ao que parece, o sultão egípcio não permitia a passagem de cristãos para a Índia pelo mar vermelho nem pelo Nilo com receio de que os cristãos tratassem com ele para que esse rio lhe fosse retirado (KI-ZERBO, 2009, p. 262).

A lenda do Preste João parece provir de uma carta escrita por ele mesmo ao imperador Manuel Commeno, por volta de 1165, descrevendo seu reino esplendido: “Dominava ele setenta e dois reis. Vestia pele de um réptil que vivia no fogo. Guerreava

precedido de treze cruces de ouro. O seu desejo era atacar Jerusalém para exterminar os infiéis” (KI-ZERBO, 2009, p. 262).

D. Henrique era também um verdadeiro homem de negócios que não subestimava os resultados práticos a tirar do santo empreendimento e, para encontrar Preste João, reuniu em Sagres uma equipe completa de geógrafos, matemáticos e navegadores, entre os quais o veneziano Alvise de Cadamosto, cuja colaboração deveria produzir resultados impressionantes (KI-ZERBO, 2009, p. 263).

As viagens de descobrimento dos portugueses no oceano Atlântico parecem ter começado em 1415 com a tomada de Ceuta¹, continuando em 1419, podendo considerar que a primeira etapa das expansões marítimas começa em uma dessas datas e termina com o regresso de Vasco da Gama a Lisboa, em julho de 1499. Impulsionada fundamentalmente por fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, de forma hierárquica, podendo ser elencado quatro motivos principais que motivaram os dirigentes portugueses: sentimento cruzadísticos contra os mouros, o desejo de encontrar e se apoderar do ouro da Guiné², a procura do Preste João e a busca de especiarias orientais (BOXER, 2012, p. 34). Os portugueses definiram inicialmente dois projetos de expansão ultramarina: povoar as ilhas da Madeira e promover viagens de reconhecimento ao longo das costas africanas para além do trecho já conhecido, o litoral do Marrocos até o denominado cabo Bojador (PERES, 1972, p. 52 *apud* FILHO, 2012, p. 7).

A Europa desse período vivia a fome do ouro para satisfazer suas compras de especiarias. A pimenta, o pimentão, a canela, o gengibre, os tecidos preciosos, como a seda, e o índigo, eram os principais artigos importados da Ásia. Os conflitos entre europeus deflagraram a necessidade ainda maior de metais preciosos, como o ouro, que eram recebidos, sobretudo, da África, mas os muçulmanos do Magrebe eram os intermediários. As especiarias vinham do extremo oriente, mas transitavam da Malásia até a Itália por meio de numerosas mãos de negociantes, chegando às cozinhas e

¹ A conquista de Ceuta foi fundamental para obtenção de informações acerca das terras dos negros do Alto-Níger e do Senegal, de onde provinha o ouro, o que despertou o grande interesse português (BOXER, 2012, p. 35).

² A cunhagem do ouro já havia sido adotada em várias cidades e regiões da Europa e Portugal encontrava-se na situação de ser o único reino europeu sem moeda de ouro nacional desde 1383, sendo esse um dos motivos de urgência dos portugueses em encontrar ouro (BOXER, 2012, p. 35.).

revendedores europeus a preços elevadíssimos. Daí a ideia de por de lado os comerciantes árabes procurando uma rota para as Índias, contornando a África. Assim os desígnios cristãos se conjugavam admiravelmente com a avidez do negócio (KI-ZERBO, 2009, p. 263).

Apesar dos riscos do projeto marítimo, os navegadores europeus tinham aperfeiçoado um tipo de veleiro robusto com superestruturas elevadas, que resistia bem ao mar alto: as caravelas. Juntando-se a isso, o uso da pólvora para canhão, inventada pelos Chineses, as adaptações às armas de fogo, o emprego da bússola e a invenção de um novo tipo de leme. Viu-se reunidos os meios técnicos necessários para a realização da empreitada europeia. Porém, um dos obstáculos mais difíceis de ultrapassar era o medo. As barreiras emocionais eram enormes, e apenas os meios técnicos não eram suficientes. Os portugueses afirmavam que “Quem passa do cabo do Não, ou tornara ou não”. Homens, como D. Henrique, foram necessários para levar a arrancada e ultrapassar as barreiras mentais e geográficas (KI-ZERBO, 2009, p. 264).

Elikia M'Bokolo contesta essa afirmação em sua obra intitulada *África Negra: História e Civilizações – Tomo I*. Segundo ele, a tradição historiográfica inaugurada pela produção da *Crônica da Guiné de Zurara*, redigida em 1453, coloca os portugueses como os responsáveis pela abertura do Atlântico às trocas transcontinentais, portanto essa problemática do "descobrimento" das costas africanas deve ser profundamente revista, já que havia grandes caravanas de comércios e trocas anteriormente a chegada do português (M'BOKOLO, 2009 p. 256).

A Campanha da África fora plenamente apoiada pela Igreja, o que pode ser observado por meio das bulas papais expedidas ao longo do século XV, as quais concederam aos portugueses o direito de evangelizar os povos recém-descobertos e levar o nome de Deus, o que conferiu à expansão o aspecto sagrado e missionário que há muito a propaganda régia avisina apregoava ao movimento. Dessa forma, a guerra contra os mulçumanos que inicialmente constituía uma estratégia política nacional integrou rapidamente um projeto mais amplo de expansão da “Respublica Christiana” (BARBOSA, 2013 p. 3).

Ki-Zerbo elenca algumas datas importantes na empreitada portuguesa na África: em 1420 eram descobertos os arquipélagos da Madeira; em 1434, Gil Eanes, escudeiro

do Infante, dobrou o cabo Bojador e, em 1437, eram redescobertas as Ilhas dos Açores. Estava dado o impulso de maneira irreversível; em 1441 e 1445, são as dezenas de navios que se fazem ao mar para encontrar qualquer coisa nova; em 1448, é construída uma fortaleza em Arguim; em 1450, Cadamosto atinge a foz do Senegal, do Gambia e da Casamança; no ano da morte do Infante, em 1460, as expedições teriam atingido a Serra Leoa; Bartolomeu Dias atinge o cabo em 1487, chamando-o de Cabo das Tormentas, nome que o rei João II mudara para Cabo da Boa Esperança. Em 1481, os portugueses construíram o forte de São Jorge da Mina e D. João II, com apoio do papa, intitulava-se Senhor da Guiné (KI-ZERBO, 2009, p. 264).

M'Bokolo apresenta algumas datas dessa empreitada que se difere das de Ki-Zerbo. Por exemplo, a construção do Forte de Arguim se daria por volta de 1443-1444. Acrescentando algumas datas importantes, pode-se citar: 1441, Antão Gonçalves e Nuno Tristão fazem a primeira razia de escravos no Cabo Branco; 1453, Zurara produz sua crônica dos feitos da Guiné; 1455, o papa concede aos portugueses a bula *Romanus Pontifex*, consagrando os direitos de Portugal sobre as novas descobertas africanas e sobre todas as novas terras a descobrir; 1455-1457, Alvise Cadamosto redige seu relato das viagens à costa ocidental africana (M'BOKOLO, 2009, p. 258)³. Essas datas são importantes para a pesquisa, pois se situam dentro da linha de tempo a ser investigada.

Tratando-se da África, contrariamente àquela ideia de novo que evoca a "descoberta", os encontros resultam de um processo demorado, no qual o século XV não é mais do que um momento (M'BOKOLO, 2009, p. 252). Os europeus conheciam apenas as regiões ao norte do continente, próximo ao Mediterrâneo. Isolada do mundo, pela barreira do Saara, entre o oceano Atlântico e o Índico, a África Negra permaneceu envolta em mistério (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 9).

Descobrir-se-ia durante a expedição marítima, possivelmente após a passagem do Cabo do Bojador em 1434 por Gil Eanes, que a África estender-se-ia para o sul e que – indo contra o esperado – era habitada (LOPES, 2002, p. 12).

Paulo Fernando de Moraes Farias contesta essas teorias de isolamento da África Negra afirmando que, nessa zona saheliana de trocas e de relacionamentos, fez-se presença de estrangeiros brancos, como gregos e romanos muito antes do comércio

³ Para ver a tabela completa da primeira fase da Campanha da África, consultar apêndice 1, no final do texto.

transaariano e que esses sujeitos tiveram contatos esporádicos por meio do deserto com a África Saheliana e com a África tropical (FARIAS, 2004, p. 2) ⁴.

Esses contatos se tornam mais regulares a partir do século II da era Cristã com a difusão da domesticação do camelo no Saara. Conforme esses grupos nômades passaram a existir, os guias e organizadores de caravanas para comerciantes do norte passaram a descer até o sul. Por volta de 780, por exemplo, há sinais de tráfego transaariano, pois, nesse período, houve um estreitamento no deserto que aumentou as precipitações pluviais, o que facilitou sua travessia e, desse período, datam as grandes rotas e os contatos entre norte e o sul. Esse processo se dá de maneira sistemática depois da vinda do islão e dos árabes ao norte da África, a partir do século IX (FARIAS, 2004 p. 2).

Coquery-Vidrovitch, ao contrário, vai dizer que a Antiguidade desconhecia a África Negra. Nem mesmo o Egito, nem Cartago, ou os romanos, nunca se adentraram profundamente no deserto. O homem da antiguidade considerava a África ao sul do Saara como uma “terra rica e estranha”, mas “aterradora e maléfica”. O homem medieval cristão desconfiava desse mundo “pagão” e, até o século IX, o deserto foi para a África mediterrânea um obstáculo tão temível quanto às tempestades do Atlântico (COQUERY-VIDROVITCH, 2004, p. 14).

José da Silva Horta, diz que os portugueses contataram ou tiveram notícias do africano negro pela primeira vez em seu continente nos séculos XV e XVI e que, geograficamente, entre os espaços do Saara à Serra Leoa é que se desfazem as “primeiras incógnitas sobre os habitantes do continente até aí desconhecidos” e confere à Zurara as primeiras sínteses do saber antropológico nas representações do africano (HORTA, 1991, p. 42).

Luís de Cadamosto, ao chegar a uma região, por volta de 1450, localizada geograficamente por ele sendo além do Cabo Branco até ao Rio Senegal, onde se deparou com populações mulatas, denominadas em seu relato como “azenegues”, descreve a falta de contato desses sujeitos com outros cristãos: “Deve-se saber que estes não tiveram notícias de outros cristãos, a não ser dos portugueses que lhes fizeram

⁴ Em um curso apresentado no departamento de História da USP, setembro de 2004. Ver referências bibliográficas.

guerra durante treze ou catorze anos, aprisionando muitos dêles, como já disse, e vendendo-os como escravos” (CADAMOSTO, 1944, p. 23).

Ao se discutir sobre o isolamento ou o desconhecimento da África Negra pelo europeu, percebe-se que existem divergências entre pesquisadores, e esse assunto, por deveras importante que é, precisaria ser discutido e melhor ampliando em outro texto sobre o tema. Mas pode-se inferir que o continente negro e suas populações negras fossem isolados, mas não desconhecidos do europeu, e os nautas presentes nas viagens de Expansão sabiam que iriam se deparar com essas populações.

Sobre a classificação entre populações ditas de cor branca e de cor negra, em relação ao Sael, Farias afirma que ela não é feita somente por pesquisadores estrangeiros, mas também pelos tradicionais do próprio Sael. Diz-se que há uma África branca ao norte do Sael, com populações, como os mouros da Mauritània e, ao sul, uma África negra de populações, como os mandê, os songai e outras. Essa divisão costuma ser apresentada pelos nomes de bidan: os brancos, e sudan: os negros (FARIAS, 2004, p. 1).

De acordo com o autor, essa divisão é simplificada demais, pois não há uma divisão clara de dois grupos de cor de pele diferente, pois as populações brancas misturaram-se com as consideradas negras dentro de seu grupo e o inverso também aconteceu. Ainda assim, trata-se de populações africanas dentro desses dois lados dessa divisão. Farias sugere que essa divisão deveria ser substituída por outra, uma classificação baseada no tipo de trabalho, de exploração econômica que cada grupo pratica em uma determinada situação econômica ou histórica e em uma certa conjuntura climática (FARIAS, 2004, p. 2).

Geograficamente, a Guiné era uma terra de negros e ouro, e o acesso a ela se dava por intermédio das caravanas cameleiras que atravessavam o Saara. O cronista Gomes Eanes de Zurara, na Crônica da Guiné, usa a denominação “guinéus” para se referir aos povos localizados abaixo do rio Senegal “a terra dos Negros, ou terra de Guiné, cujos homens e mulheres delas são chamados de guinéus, que quer dizer como negros” (ZURARA, 1841, p. 278 *apud* MICHELAN, 2011, p. 7).

2.2 Os nautas portugueses na África

Os nautas portugueses e seus enviados de países vizinhos, frequentes nas viagens de expansão, variavam em tipos e olhares: eram aventureiros, emissários, peregrinos, marinheiros, missionários e exploradores científicos, eruditos. Entre seus dirigentes – além do já citado Infante D. Henrique – estavam reis, nobres, príncipes e mercadores.

Nessas viagens do início do século XV, muitos viajantes produziram suas experiências pela costa e terras africanas em forma de relatos ou crônicas, demonstrando pelas narrativas o deslumbramento e curiosidade dos portugueses cristãos sobre os hábitos dos povos da África Negra. Os relatos de viagens e as crônicas são os dois conjuntos discursivos quatrocentistas que mais ajudaram a dar contorno aos povos negros da África no imaginário dos nautas portugueses e, posteriormente, para seus vizinhos (FRANCA, 2015, p. 67).

Entre os viajantes que participaram das primeiras viagens e produziram as narrativas que mais peso tiveram na construção de uma imagem dos primeiros contatos dos portugueses nas terras africanas, sobretudo na África negra, merecem destaque as de Gomes Eanes de Zurara, de Pedro de Sintra, de Diogo Gomes, de Rui de Pina e de Duarte Pacheco Pereira, ou os escritos de europeus estrangeiros ligados a Portugal, como Mateus de Pisano, Antoniotto Usodimare, Luís de Cadamosto ou Alvise de Cadamosto (FRANCA, 2015, p. 68).

Os nautas portugueses foram os responsáveis por difundir uma imagem dos negros que, pela primeira vez, tinham um contato mais efetivo. No entanto, o retrato construído pelos portugueses dos povos localizados na costa africana ao sul do Cabo do Bojador foi composto a partir do conhecimento prévio que os portugueses tinham sobre os possíveis povos a serem contatados e, em alguns casos, confundia-se com o próprio retrato dos povos muçulmanos do norte de África (MICHELAN, 2011, p. 1). Há inúmeras descrições desses povos nas crônicas e nos relatos de viagem do século XV que tentam dar forma a esses povos desconhecidos para seus possíveis leitores, ou seja, os novos sujeitos de pele preta apareciam conformados pelo cronista.

Ao retratar o africano de pele preta, o nauta português e seus enviados se utilizam de elementos como analogias e comparações. E quanto mais o grupo ou o indivíduo representado se afasta da *Ecumene*, ou seja, da Europa, mais bestializado ele é retratado. Isso mostra o forte sentimento etnocentrista, em que a Europa é o modelo de civilização, e o europeu o modelo de sujeito civilizado. A alteridade é reconhecida, mas a partir do olhar do europeu, o que vai determinar como aqueles sujeitos vão ser assimilados ou não como iguais ou muito diferentes.

Essas viagens marcaram momentos fundamentais na formação de uma identidade portuguesa, uma vez que os contatos sistemáticos com o “outro” – que não era totalmente desconhecido, porém, oposto em crenças e valores – trata-se de uma alteridade entendida como relativa, em que há o conhecimento do outro, mas não há aceitação da sua diferença, que era vista como perigosa e danosa para os princípios que direciona o “eu” (BARBOSA, 2013, p. 3).

2.3 Dos primeiros relatos sobre os portugueses na África

Dentre os relatos e narrativas de viagens, os dois primeiros escritos sobre as viagens portuguesas na África, foram a *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, de Zurara – cronista-mor do reino de Portugal a partir de 1454, cargo criado no reinado de D. Duarte e que tinha por objetivo a guarda dos documentos régios e a produção de crônicas que exaltassem os feitos do reino e dos integrantes da dinastia de Avis – escrita no ano de 1453 (BARBOSA, 2013, P. 7). E *As Navegações de Luís de Cadamosto e de Pedro de Cintra*, escrita por Luís de Cadamosto – navegador italiano que, convidado pelo próprio Infante D. Henrique, realizou duas viagens à África nos prováveis anos de 1445 e 1446.

Em algumas narrativas, existe a preocupação do cronista em retratar detalhadamente o negro, como, por exemplo, Zurara ao descrever na sua *Crônica da Tomada de Ceuta* um mouro negro que andava entre os demais tipos de mouros:

e entre aqueles mouros andava um mouro grande e crespo todo nu, que não trazia outras armas senão pedras” e acrescenta que “nem a vista daquele mouro não era pouco espantosa, pois ele tinha o corpo todo negro assim com o de um corvo e os dentes mui grandes e alvos, e os beiços muito grossos e revoltos (ZURARA, 1915, p. 204 e 226 *apud* MICHELAN, 2011, p. 4).

O autor também chama a atenção aos recursos bélicos inferiores desse grupo, no caso do uso de pedras como armas. Um trecho, que aparece na Crônica do Conde D. Duarte de Meneses – também de Zurara – sobre os feitos dos portugueses contra os mouros do Alcácer, mostra uma personagem que, assim como a outra citada anteriormente, chama a atenção do cronista. Ele a descreve:

“o mouro havia grande corpo e a cor negra e seus vestidos finos lavrados de ouro e seda, nem a guarnição de seu cavalo não desacordava de suas vestiduras, pois tudo parecia fino ouro” (ZURARA, 1915, p. 219 *apud* MICHELAN, 2011, p. 4).

Nesses dois exemplos, no que diz respeito à cor negra dos citados mouros, não se pode dizer que há uma conotação claramente negativa. Aqui o cronista não apresenta um juízo de valor quanto à cor da pele, apenas descreve o espanto em encontrar um mouro tão negro junto aos outros.

De acordo com Michelan, essas narrativas eram alicerçadas em uma ambiguidade de sentimentos, pautadas em certa igualdade entre o europeu e africano, mas também marcadas por designações pejorativas. Os viajantes ao retratarem os costumes e vestimentas do outro, geralmente o fazem de modo depreciativo. Em uma passagem da crônica escrita por Cadamosto, por exemplo, a autora cita que, ao descrever o potencial militar e bélico dos senegaleses, o cronista viajante representa as armas de ferro utilizadas em combate e a falta de uso de armaduras como sendo uma prova de “feroz arrogância, não temendo a morte”. Para ele, a guerra desses homens era muito mortíferas, pois desprovido de armaduras “matam-se como feras” (CADAMOSTO, 1988, p. 122-123 *apud* MICHELAN, 2011, p. 8.).

Em outra passagem da crônica, Cadamosto aponta que os homens desse lugar “no comer são porcalhões, e sem nenhuma educação. São pessoas muito simples e rudes nas coisas de que não têm prática (que são muitas)” (CADAMOSTO, 1988, p. 121 *apud* MICHELAN, 2011, p. 10.). Portanto, no primeiro trecho, o cronista viajante exalta seu grande potencial bélico, mas considera esse potencial inferior, ao descrever a forma como combatem nus ou como feras. No segundo, retrata de maneira pejorativa os modos de alimentação.

Ao contrário de Cadamosto, que voltou sua atenção para as terras dos negros da Baixa Etiópia, Zurara, teve como intenção (explicitada no primeiro capítulo da respectiva crônica) falar mais do Infante D. Henrique e seus seguidores do que,

propriamente, dar a conhecer os lugares e povos encontrados (FRANCA, 2015, p.68). Ainda assim, em sua crônica, Zurara fornece imenso material de investigação acerca da representação do português sobre o africano de pele preta.

Esses pretos da Guiné aparecem no plano religioso como “gentios ou pagãos”, afirma Michelan, descritos como povos bárbaros. Isso chama a atenção dos nautas portugueses, pois, ao contrário dos “mouros” muçulmanos onde a conversão era muito difícil, esses sujeitos poderiam ser cristianizados, ganhando destaque e valorização nas narrativas, já que, para os cronistas, isso era um fator favorável. O viajante acredita que, se esses negros tiverem familiaridade com os cristãos, facilmente se converteriam, pois lhes agradavam.

“Muito os nossos costumes e vendo ainda as nossas riquezas e o nosso engenho em todas as coisas, em relação a eles, dizem que o deus que nos deu tantas boas coisas mostra sinais de grande amor para conosco, o que não podia ser se não nos tivesse dado boas leis” (CADAMOSTO, 1988, p. 120 *apud* MICHELAN, 2011, p. 9).

Para Michelan, havia uma ambiguidade na forma como o africano era identificado nos relatos, algumas vezes desprovida de teores pejorativos, com teor enobecedor, mas também eram retratados de modo extremamente depreciativo (MICHELAN, 2011, p. 11.). Fernandes apresenta uma visão diferente, em relação ao veneziano Cadamosto. De acordo ela, o que torna o relato desse mercador mais interessante, dentre tantos outros relatos, é que, apesar de alguns termos pejorativos serem usados minimamente em seu texto, ele se mostra um jovem com visões modernas para o período e que buscava descrever as populações africanas com “certa” imparcialidade, o que não era uma prática corriqueira nos relatos da época. Ainda segundo a autora, os relatos contidos na obra envolvem o leitor nas realidades africanas, e é perceptível a preocupação do autor em detalhar os lugares que visitou e em descrever nomes e costumes dos povos africanos (FERNANDES, 2014).

2.4 O olhar do viajante

O olhar do viajante na Literatura de Viagem, sobretudo na que se reporta à Expansão Marítima Europeia, começou se voltando para a contemplação ou o esquadrinhamento dos novos espaços. De acordo com Pinto-Correia, era um olhar puro,

limpo, transparente, ingênuo na tentativa de documentar, registrar, apenas ver, as fronteiras do conhecido (PINTO-CORREIA, 2003 p. 33).

Essa era apenas uma das primeiras modalidades, pois os textos testemunham essa mesma natureza de olhar provocada por determinações temáticas que se interpuseram no contato do homem cristão ocidental, descobridor ou marinheiro, capitão ou escrivão, comerciante ou pirata, sacerdote ou diplomata, com o outro: o ver significava a transformação que se seguia a olhar ingenuamente, mas sob a forte intensidade do deslumbramento, do horror ou da fantasia⁵ (PINTO-CORREIA, 2003, p. 33)

A viagem, que antecede o olhar, está intrinsecamente ligada à vida, que é uma passagem do nascimento à morte. O deslocamento, a mudança pelo espaço é o indício de mudança interior, e o relato também se alimenta da mudança e da transformação que ela gera. A viagem transcende todas as categorias, incluindo a da mudança espacial e interior, do mesmo e do outro, pois, desde as mais remotas histórias de relatos, há uma acumulação de viagens de descobrimento, explorações do desconhecido, viagens de regresso, da reapropriação do familiar (TODOROV, 2006, p. 231).

As primeiras impressões dos portugueses e seus enviados estrangeiros pelas terras africanas chamam a atenção pela feição impressiva e apreciativa das informações registradas. Nos relatos desses viajantes do século XV, existem recorrentemente impressões sobre ideais de perfeição que não escondem as bases e os princípios ético-morais que os sustentam e se fazem ver nos juízos que indicam uma avaliação positiva ou negativa sobre os lugares distantes e às suas gentes (FRANCA, 2015, p. 66).

Em propostas atuais de estudo, as Literaturas de Viagens estão sendo analisadas pela perspectiva do olhar, na qual o componente Espaço – a paisagem, suas gentes, costumes e crenças – vem ganhando força em relação ao componente Tempo. E, por meio da leitura dessas narrativas, pode-se perceber melhor o sujeito observador que a paisagem propriamente dita, ou seja, a forma como esse sujeito olha os mundos descobertos e visitados. Essas realidades observadas são registradas de maneiras diversas, segundo os agentes da escrita, em inúmeros textos e, ainda, de maneiras variadas dentro de um mesmo texto escrito (PINTO-CORREIA, 2003, p. 11). Esse olhar pode se caracterizar de várias formas, dentre as quais a primeira pode ser classificada

⁵ Ver obra *Olhar do Viajante*, capítulo 1.

como o olhar ingênuo, logo substituído por outros diferentes: o olhar do poder, o olhar da desilusão, o olhar da utopia e o olhar da má-fé.

O conceito de *olhar*, como substantivo, corresponde em português ao aproveitamento nominal da forma verbal, conferindo à primeira muito da força semântica. O olhar pode, num primeiro plano, concentrar a intensidade poética do motivo, captar do exterior a forma daquele objeto e, por outro lado, expor a entrada de um mundo pessoal e subjetivo, por meio da cumplicidade ou da repugnância entre dois sujeitos. Mas, por outro lado, é a saída de si mesmo, a indagação e a procura do outro, do diferente, do objetivo. O olhar, num segundo plano, pode significar também as intensidades do interesse ou não pelos outros e pelo exterior: o olhar desinteressado, o olhar por olhar, o olhar fixamente, o olhar mágico e até mesmo o mau-olhado (PINTO-CORREIA, 2003, p. 12).

Na Literatura de Viagens, mas principalmente nas viagens de expansão, o olhar rege, sobretudo de modo implícito. Não é por acaso que algumas obras recentes registram no próprio título o conceito.⁶ Olhar e ver não são de maneira alguma a mesma coisa. O olhar dirige o ver, condiciona, conforma. Não é possível ver senão por meio do olhar (fisicamente), mas também de um olhar (com uma intencionalidade ou com ausência dela). É certo que esse olhar, ou esses olhares, descritos em suas variadas formas, nas narrativas e relatos de viagens, têm a ver com os modos novos de lidar consigo e com os outros (PINTO-CORREIA, 2003, p. 12).

Os europeus já conhecem por seu próprio passado e presente, a pluralidade de culturas, dispondo assim de um “compartimento” vazio, onde possam colocar as populações recém-descobertas (o outro) sem que isso prejudique a cosmovisão do eu (europeu). Isso ocorre, por exemplo, quando os espanhóis, no decorrer da conquista na América, encontram algum lugar de culto, dão-lhe espontaneamente o nome de mesquitas – o mecanismo se propaga, pois o termo passa a denominar genericamente qualquer templo não cristão. Isso já nos dá indícios da representação que o europeu fazia, projetando o familiar, fazendo analogias (TODOROV, 2006, p. 233).

⁶ Como, por exemplo, *O Confronto do Olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas*, de Luís de Albuquerque, Antônio Luís Ferronha, José da Silva Horta e Rui Loureiro, de 1991, e *O Olhar do Viajante: Dos navegadores aos exploradores*, uma coletânea de artigos organizados sob a coordenação de Fernando Cristóvão.

2.5 Os relatos de viagem

Para Todorov, os relatos precedem as viagens e desperta a curiosidade que se mantinha acesa pela fantasia que embriam os simpatizantes de suas leituras. Os leitores e ouvintes não ficam verdadeiramente espantados ao ouvir um novo relato, pois relatos antigos sobre um mesmo assunto já eram conhecidos dos nautas europeus e pode-se imaginar que o escritor do relato, ou seja, os viajantes – por já ter sido um ouvinte prévio – também não ficaram mais abalados. Além dos relatos, há outra razão que se relaciona com uma particularidade europeia, a heterogeneidade cultural e étnica do Mediterrâneo acrescentada da influência do Renascimento, produzindo, no europeu, uma retomada de consciência histórica, o que gera a percepção destes como herdeiros de tradições distintas: greco-romana e judaico-cristã. (TODOROV, 2006, p 232)

Há uma característica presente no gênero de relatos de viagens que é muito importante, a localização das experiências contadas pelos relatos no tempo e no espaço. No espaço (dentro da perspectiva de um leitor atual), narra a descoberta dos outros, dos selvagens de regiões longínquas não europeias, árabes, hindus, chineses, africanos, americanos. Uma viagem à França, por exemplo, não é um “relato de viagem”, pois falta o sentimento de alteridade em relação aos seres e às terras evocados (TODOROV, 2006, p. 240).

As categorias espiritual e material que aparecem nas narrativas são compatíveis e aparecem simultaneamente em um mesmo relato, variando em ordem e hierarquia, e não se sabendo a intenção inicial do autor, os leitores podem dar um sentido espiritual onde antes não havia um sentido diferente do que se tinha na origem. (TODOROV, 2006, p. 234).

De acordo com França, nas narrativas desses cronistas do século XV, sobretudo nas de expansão, fica evidente a dupla face dos escritos de viagem do século XV até início do XVI. Se por um lado, imortalizar as façanhas dignas de glórias dos portugueses do quatrocentos, por outro, falar dos povos que por seus contornos e hábitos tão diversos garantiriam que os feitos dos portugueses parecessem ainda maiores e mais dignos de memória

Seu objetivo, mais do que definir o que era belo ou feio, era tentar descrever coisas novas de forma a fazerem-se entender e crer. Para tal fim, as expressões admirativas, cuja função era chamar a atenção para determinado

aspecto, ressaltar seu caráter de novo, traduzi-lo em palavras e tentar gerar empatia através do registro, não puderam ocultar juízos ou escapar a eles (FRANÇA, 2015, p. 70).

Segundo França, dos sentimentos que constroem as narrativas, um ganhou força nos escritos, o que diz especificamente respeito aos homens e à sua estatura moral e física. Os portugueses, nesses relatos, vão sendo apreciados por adjetivos e nomes inspirados nas sagradas escrituras. Já os africanos, por sua vez, vão ganhando definições por meio de comparações e analogias fundadas também nesse plano moral-religioso, mas com a ênfase sobre seus vícios e associações ao plano da natureza, pela necessidade dos narradores de fazerem apreensível o novo (FRANCA, 2015, pág. 74).

A grandeza moral do Infante D. Henrique foi descrita por Zurara como “extrema entre todos os príncipes do mundo” (ZURARA, 1915, p. 150 *apud* FRANÇA, 2015, p. 74). Já o outro (os negros africanos), apesar de serem elogiados em algumas narrativas por qualidades parecidas, jamais eram retratados com o mesmo peso que o europeu. Em um recorte da *Crônica da Tomada de Ceuta*, de Zurara, aparece um mouro na qual ele descreve suas qualidades de forma semelhante da apontada pelo infante D. Henrique – força e grandeza – mas, ao contrário do indivíduo daqui onde grandeza tem um sentido de “boa grandeza” (proporcionalidade), no indivíduo de lá, a qualidade de grandeza é enfraquecida diante do complemento “crespo, todo nu”, ou “disforme” na narrativa de Pisano, aproximando-se da ideia de bestial, fera (FRANCA, 2015, p. 77).

Nas narrativas dos viajantes portugueses do século XV, o julgamento do que era belo ou o seu oposto, dada as referências morais, que o identificava como bom ou o mal, eram as virtudes, o agir correto, que melhor ajudavam a distingui-los. Entendidos como o “caminho para se chegar à verdadeira vida”. No contexto em questão, eram elas as moedas correntes para dar inteligibilidade a uma beleza que dependia da harmonia moral e que parecia mais compatível com os de perto (eu) do que com os de longe (outro) (FRANCA, 2015, p. 82).

Para Michelan, essas narrativas eram alicerçadas em uma ambiguidade de sentimentos, marcadas por designações pejorativas e também pautadas em certa igualdade entre o europeu e africano. Algumas crônicas sobre os encontros com os mouros no norte da África retratam mais os feitos heroicos dos respectivos monarcas na guerra pela conquista das praças marroquinas (Ceuta, Alcácer-Ceguer, Arzila, Tanger), e quase não dão espaço para os costumes das gentes desses lugares, que são, na maioria

das vezes, generalizados pelos nomes: sarracenos, mouros e infiéis (MICHELAN, 2011, p. 1).

Já, no caso das crônicas e relatos da África Negra, aparecem consideráveis descrições sobre os costumes, as habitações, as riquezas, as vestimentas, a alimentação e a religião dos povos que habitavam a costa africana e com que os portugueses tomaram contato no decorrer do século XV. Um fator que pode ser considerado e que talvez explique essa diferença entre as narrativas, é que os mouros eram velhos conhecidos dos portugueses, portanto não requeriam dos cronistas descrições detalhadas. Em contrapartida, os negros da região da Guiné, além do Cabo do Bojador, são bem descritos e detalhados, pois se tratavam de indivíduos desconhecidos, causando surpresa no nauta português (MICHELAN, 2011, p. 2).

De acordo com França, esses registros estavam unidos no sentido de dar a conhecer o espaço africano. Sobre relatos de viagens e crônicas pode-se citar que:

Os primeiros assumiram o compromisso de registrar, diretamente ou por intermédio de um outro viajante ou redator posterior, as proezas recentes dos portugueses em terras de outros povos, interpolando notícias das qualidades desses povos diversos e estimativas do que deles se podia esperar; as últimas alternavam também entre falar dos portugueses e dessas terras e gentes de alhures, mas vencendo o imediatismo em favor de construir uma história de Portugal, com unidade e finalidade. Os primeiros cuidavam do passado próximo, entendido até como presente, dado o caráter testemunhal que os caracteriza; as últimas, por articularem observação direta e dada extraídas de registros secundários, elaboravam esse passado em uma narrativa mais abrangente, encadeando o lá e o cá como lados de uma mesma história, a da expansão portuguesa (FRANÇA, 2015, p. 67.).

Os relatos de viagem, em geral, devem ser trabalhados com cuidado. Segundo Correia, a obra de Cadamosto apresentou problemas quando foi analisado pela historiografia sobre o tema, o que torna a fonte merecida de cuidado ao ser utilizada em pesquisas. Alguns autores criticam os erros cronológicos⁷ encontrados na obra, além do fato do autor citar relatos que ele mesmo não presenciou, sem dar as devidas referências (CORREIA, 2002, p. 125 *apud* FERNANDES, 2014, p.6).

Fernandes ressalta, porém que, mesmo com todas as indagações recorrentes, os relatos de Cadamosto, quando verificados junto ao contexto histórico, são ricos e

⁷ Há divergências cronológicas nas versões das crônicas de Cadamosto. Em algumas uma versões, por exemplo, aparecem como possíveis datas das viagens à África os anos de 1445 e 1446 e, em outras, que essas viagens foram nos anos de 1455 e 1456, portanto, uma diferença de dez anos.

valiosos para a historiografia sobre o tema⁸. Sua obra caracteriza as diferentes etnias, culturas e religiões africanas, não representando o africano generalizado, como se todos fossem um só, mas de forma que os leitores possam reconhecer a grande diversidade existente no continente africano. A autora menciona também que, ao trabalhar com relatos de viajantes, os historiadores-pesquisadores precisam ter um olhar crítico sobre o seu objeto de estudo, e não se deixar envolver por elementos emocionais e pelo apelo fantasioso que o autor se propõe a fazer a fim de seduzir os leitores em suas narrativas (FERNANDES, 2014, p. 7).

Todorov explicita que a reputação da qual gozam os relatos de viagens é a de um sentimento de superioridade, e mesmo os mais benevolentes, como Staden ou Guinard–vencidos ou aprisionados – têm como essência de seus relatos não o conteúdo do enunciado, mas o fato da enunciação estar sempre do “nosso lado”.

Conservamos então, como leitores de hoje, as vantagens da ideologia colonialista; mas ao mesmo tempo tiramos proveito do período da descolonização, pois sempre podemos nos dizer também: mas esses autores não somos nós. Para isso serve o distanciamento tão apreciado por Brecht, exercido aqui em relação aos narradores dos relatos: permite-nos preservar nosso prazer, sem ter de padecer as censuras que poderiam ser dirigidas a nossos irmãos mais velhos (TODOROV, 2006, p. 243).

Ao se discutir a relação verdade/mentira sobre o que está escrito nos textos desses viajantes, Zinka Ziebell, na sua obra intitulada *Terra de Canibais*, diz que a intenção de relatar o que é verdadeiro dá ao texto uma dimensão cognitivo-expressiva, mas não literária. Ainda na obra de Ziebell, segundo o autor Petter J. Brenner, o viajante sempre tivera a fama de mentiroso. “O viajante como mentiroso e o relato de viagens, como um gênero cujo conteúdo de verdade merece pouca confiança, pertencem àqueles *topoi* que acompanham a literatura de viagens desde seus inícios na antiguidade” (BRENNER *apud* ZIEBELL, 2002, p. 62).

Pensando nessas questões, precisa-se pensar no que está camuflado ou no que não é dito por trás de cada relato nos atos de descoberta: a cruz imposta e o batismo da terra, seguida de reivindicações nacionalistas são substituídas pelas bandeiras. A escrita no relato confirma o ato simbólico e o legítima, pois o que está escrito ultrapassa

⁸ No capítulo seguinte, será feita uma discussão sobre a obra de Cadamosto.

o simbólico, na medida em que os fixa. Ziebel ilustra como exemplo disso que Colombo não seria o descobridor da América se os vikings tivesse fixado o evento anterior por meio da escrita (BITERLLI *apud* ZIEBELL, 2002, p. 62).

Dentro dessa discussão, descobrir o “novo” e registrá-lo reforça a ideia de que essas regiões passaram a “existir” graças a seus “descobridores”, e a qualidade de uma descoberta estaria relacionada ao relato de seus resultados e vinculado ao interesse de seu predecessor, o relato que esse descobridor apresentará estará imbuído desse mesmo teor. “A narração verdadeira assume, portanto, prioridade em relação à narração de verdades” (ZIEBELL, 2002, p. 64).

A tarefa a ser realizada não é definir classes de textos ou gêneros, mas verificar o porquê da necessidade de definição que o autor quinhentista tinha e quais eram os pressupostos etimológicos que orientavam a escrita no século XVI. Mas, no momento em que se reconhece que a prosa narrativa desses autores viajantes do século XVI lançava mão de artifícios formais que garantiam a veracidade do conteúdo, que às vezes tinha sua intenção distinta em função do interesse do público, deixa clara a importância de se fazer uma crítica em relação a como esses relatos foram usados, já que a ausência de outros documentos nesse período levou a um uso demasiado por parte dos pesquisadores, como os historiadores, sociólogos e antropólogos (ZIEBEL, 2002, p. 63).

Ainda assim, a utilização dos relatos e das narrativas que compõem as Literaturas de Viagens produzidas no período dos descobrimentos marítimos merecem ser reconhecidas e valorizadas como fontes essenciais para historiografia. Obras, como as de Cadamosto, Gomes de Eanes de Zurara, Diogo de Sintra, entre muitas outras, merecem ser lidas e utilizadas como fontes históricas. Todas elas, quando analisadas junto ao contexto histórico, trazem informações importantes sobre os primeiros contatos dos europeus com os africanos no século XV (FERNANDES, 2014, p. 8).

2.6 Do código cultural das cores e da paleta mesológica

Para finalizar este capítulo, uma breve discussão sobre a paleta cromática mesológica da qual constituía o código de cores no imaginário europeu em diferentes momentos será feita, sobretudo nos períodos próximos as etapas de expansão marítima europeia e, como ao se deparar com os povos encontrados pela costa atlântica africana,

esse código cultural é acionado para representar a imagem do africano e a cor preta de sua pele.

A cosmovisão do europeu da antiguidade e do medievo relacionava a cor negra a signos negativos. O adjetivo “negral” é sinônimo de desgraça ou mau agouro; o enegrecimento da pele aparece associado à morte; a cor negra em oposição à cor branca aparece vinculada a símbolos de cargas negativas, como ausência de luz, a barbárie, espíritos infernais (aqui nesse contexto é um referente que representava um sistema de cores próprios do código cultural da época). Para embasamento, os textos de António Manuel Hespanha e José da Silva Horta serão utilizados.

António Manuel Hespanha, em seu texto *As cores e a instituição da ordem no mundo no Antigo Regime* descreve como os intelectuais e as academias produziam pesquisas sobre o código de cores no século XVII. Em 1683, um estudante de Direito de Leipzig, Hermann Wissmann, publica sua dissertação *De Jure circa colores*, com a temática do direito acerca das cores. Segundo Hespanha, nesse período, vários autores escreviam sobre essa temática, pois se tratava de um momento da evolução da teoria das cores. Isaac Newton, antes de Wissmann, em 1672, publicou sua crítica a teoria tradicional das cores⁹; o holandês Christian Huygens, em 1678, publica a obra *Traité de la lumière*¹⁰. Ambas as teorias se diferiam do legado helênico deixado por Aristóteles e seu discípulo Teofrasto, na qual a cor era uma mistura, uma sobreposição ou justaposição de luz e sombra, de branco e negro (HESPANHA, 2008 p. 345).

A figura 1 esboça a teoria das cores aristotélica:

⁹ Para Newton, as cores eram elementos primitivos, cuja variedade vai depender do modo como seus corpos são refratados, conhecida como Teoria Corpuscular, que trata a luz como corpúsculos ou partículas emitidas por uma fonte.

¹⁰ Para Huygens, a luz era um movimento em um meio ultrafino provocado por choques da matéria que, por sua vez, produziam luz, a chamada Teoria ondulatória.

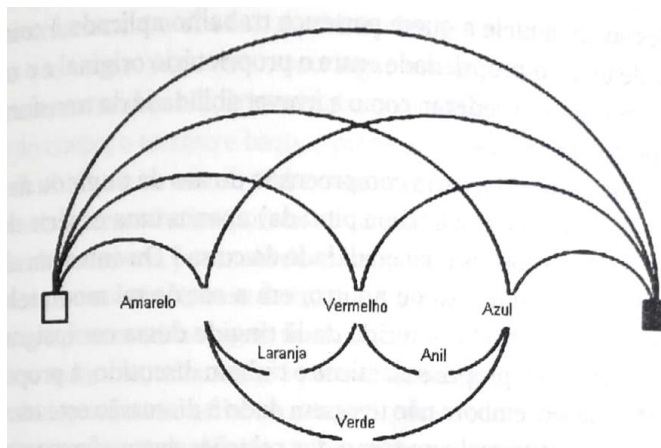


Figura 1 – Diagrama das cores esboçado pelo matemático jesuíta François d’Aguilon.

Fonte: Hespanha (2008, p. 347).

“O amarelo, vermelho e azul eram as cores básicas ou nobres, das quais todas as outras derivavam. Já as cores primárias eram o branco e o negro, a luz e as trevas, como dois elementos opostos de cuja luta derivavam todas as cores” (HESPANHA, 2008 p. 347).

Wissmann em sua dissertação enuncia brevemente algumas questões que os físicos e matemáticos escreviam acerca da origem e natureza da luz, mas logo ele se encarrega de trazer a discussão para a área do Direito, segundo o qual as cores são conhecidas e vistas por todos, e é dessas cores que o Direito trata, das cores como qualidades visíveis dos objetos. Dentro da perspectiva do Direito, a discussão sobre as cores recaí sobre questão dos modos de aquisição da propriedade. Sucintamente, trata-se de saber a quem pertence uma coisa que é produto da junção de duas coisas de donos diferentes, como, por exemplo, o ato de tingir ou de pintar um produto – uma lã ou uma tábua. Continuava esse produto tingido uma espécie do gênero dele mesmo? Ou seja, a cor era apenas uma qualidade da coisa? Ou um elemento de luz que incidia sobre ela? Ou se modificava de um gênero para outro? (HESPANHA, 2008 p. 348).

Quaisquer dessas perspectivas levantam questões pertinentes sobre a natureza das cores. Coloca-se em cheque, um complexo sistema de valorização das tintas, dos materiais, da mão de obra, mas também da cor em si mesma. Já que é o homem quem dá as cores valores materiais e simbólicos (HESPANHA, 2008 p. 348).

Wissmann, em seu texto, reconhece que os valores e as hierarquias das cores são socialmente produzidos e, por isso, sua valorização ou desvalorização vai variar de

lugar para lugar, de acordo com o código cultural daqueles indivíduos, inclusive o uso das cores pode chegar a depender de leis imperiais, como o vermelho ou púrpura obrigatórios para a tinta dos rescritos imperiais. “Os significados, valores e hierarquias das cores estão inscritos na natureza das coisas, como elementos de uma ordem natural, ou como sinais postos nas coisas para que seu lugar nessa ordem se torne patente a todos” (HESPANHA, 2008 p. 349).

O branco simboliza a inocência; o vermelho o sangue e as paixões dolorosas ou gozosas do corpo; o cerúleo assim como o negro, a morbidez e a morte. E os homens potencializavam ainda mais essa leitura colocando nas coisas sinais cromáticos que apontavam sua natureza íntima: negro para o luto, branco para as noivas castas, sinais amarelos para loucos ou judeus, entre outros (HESPANHA, 2008 p. 349).

Na árvore das cores de Aguilon, as cores são organizadas pela proximidade ao branco ou ao negro respectivamente. Isso sugeria também elementos sobre os quais toda uma complexa simbologia e hierarquia das cores se podia perceber, como a valorização das cores claras sobre as cores escuras, e como essas últimas cores estavam relacionadas com a morte, luto, espíritos infernais, ausência de luz ou de virtude, com a barbárie (HESPANHA, 2008 p. 350).

Os elementos que podiam sustentar uma teoria simbólica das cores não se restringiam apenas a estes de origem clássica. Na tradição bíblico-cristã, as cores são carregadas de significados: o branco é a cor da pureza, da vida eterna, da ressurreição, corresponde também à luz pura e, muitas vezes, é associado ao próprio deus. Em contrapartida, o negro está associado a uma pesada simbologia: a falta de luz, ao oposto do branco, ao sofrimento, à morte. As cores se relacionavam e representavam também as diferentes idades: infância, o branco; púberes, o azul; virilidade, o amarelo; velhice, o preto. As cores estavam também no teatro: meninos, o branco; prostitutas, o açafraão; riqueza, a púrpura; morte, o negro (HESPANHA, 2008 p. 350).

Na Literatura, Horta afirma que, em fontes portuguesas ou de versão portuguesa escritas no século XIV e início do século XV, que do referido código cromático, associado a diferentes preocupações e intenções se pode captar os tópicos e estereótipos diretamente associados à cor negra e ao africano negro (HORTA, 1991, p. 44).

Nas *Cantigas de Santa Maria*, uma obra de meados do século XIII, o adjetivo negral é mesmo sinónimo de desgraçado. A cor negra é também a cor do castigo dos maus ou pecadores por oposição à cor branca, da recompensa dos

bons, como no *Boosco Deleitoso*. A contraposição branco/negro de sentidos respectivamente positivo e negativo não representa em si qualquer preconceito de tipo racial, mas é tão só o resultado do sistema de cores próprio do código cultural (HORTA,1991, p. 45).

Em outro texto escrito em latim e de carácter teológico, o *Colírio da Fé contra as Heresias*, do Frei Álvaro Pais, a cor negra é definida, no apêndice final de interpretação de palavras e figuras da Bíblia, não só como a cor do pecado, mas igualmente do demônio. Portanto, em fontes portuguesas confirma-se o grande peso negativo da cor negra e isso vai influenciar nos modos como a imagem do africano do século XIV e inícios do século XV vai ser construída, mantendo os estereótipos de herança medieval anterior, associados à cor negra e ao negro. O enegrecimento da cor da pele aparece associado à morte ou aproximação da morte e simboliza a tristeza e o sofrimento àquela (HORTA, 1991, p. 45).

As cores estavam também na divisão dos estados e estatutos que se encontravam o homem: civil maior, civil e a civil doméstica. E na sociedade Civil Maior, “de todos os homens do universo”, as diferenças de cores já existiam: os gregos seriam corados, os cartagineses albi (branco), os coríntios rubris, os germanos de várias cores. “Dos hispanos se diziam que eram fuscis (escuros), e a Gália estaria “menos infectada” por esse rubor dos vizinhos”. Aqui, Hespanha chama a atenção para uma clara alusão de teoria racial baseada na cor da pele, que, segundo ele, pode-se concluir por meio da afirmação de que, de acordo com muitos pesquisadores os etíopes foram dominados pelos mouros por causa das suas faces queimadas e pelo negrume da cor (HESPANHA, 2008 p. 353).

Nessa teoria cromática das raças, passa-se com a cor da pele o que se passa com o pintar dos tecidos e das lãs. O branco que é uma cor difícil de obter era a cor elaborada, cultivada, aperfeiçoada, limpa. Já o pardo, o encardido e o terroso era rústica, bárbara, pois era a cor dos primeiros homens “formados do barro” (HESPANHA, 2008 p. 354).

Hespanha finaliza seu texto questionando o porquê de se estudar o código de cores dentro da perspectiva da história político-social e elenca suas respostas da seguinte maneira: no plano metodológico, as histórias das cores e da sua conotação simbólica formam um dos exemplos das insuficiências de uma historiografia objetivista,

que confunde a construção humana do mundo e dos seus sentidos com uma realidade objetiva. “O mundo não só nos dá em espetáculo; o mundo é o espetáculo que as sociedades constroem, organizando-o impondo-lhe uma narrativa. Dessa narrativa faz parte, também, o seu colorido” (HESPANHA, 2008 p. 359). Ainda no plano metodológico, para contar uma história das cores, há de se combinar elementos imaginários (como a relação entre cores, sons e sentimentos, com memórias de saberes) e elementos técnicos (preço e qualidade dos corantes, mão de obra do tintureiro) e, finalmente, com as condições do meio ambiente: as cores da paisagem, do céu, dos mares, das plantas e do homem (HESPANHA, 2008 p. 359).

O simbolismo das cores ao se estruturar, fixa sentidos e hierarquias para as cores, criando uma ordem da sociedade e, por meio dos exemplos dos autores citados, é possível aplicar essa discussão para a Europa do século XV, especificamente no período da Expansão Marítima Portuguesa. As viagens, ao colocar o europeu em contato com outros meios físicos deve ter enriquecido a sensibilidade cromática, em virtude de novas experiências, de novos corantes ou da incorporação de paletas cromáticas simbólicas de outros povos, como exemplo disso, o hábito dos europeus em designar regiões com nomes que se referem às cores: Mar Vermelho, Cabo Branco, Cabo Verde (HESPANHA, 2008 p. 359).

Dentro desse código cromático, em que a hierarquia das cores é construída e criada pelo homem, o africano negro vai ser representado nos relatos dos viajantes. A cor negra se torna a cor da pele ao ser representada. O africano para o viajante é negro, e não preto: “o primeiro rio da terra dos negros”¹¹, “o país desses negros sobre o rio de Senegal é o primeiro reino dos negros da baixa Etiópia”¹², “presenteou-me com uma rapariga de doze para treze anos, muito linda, por ser muito negra”¹³, “donde concluo serem aqueles negros das praias certamente dos melhores nadadores do mundo”¹⁴. É pelo simbolismo negativo ao qual a cor negra e o adjetivo negral são vinculados que o africano de cor de pele preta vai ser representado e situado nos relatos de viagens.

¹¹ CADAMOSTO, 1944, p. 31.

¹² CADAMOSTO, 1944, p. 32.

¹³ CADAMOSTO, 1944, p. 39.

¹⁴ CADAMOSTO, 1944, p. 41.

3 AS NAVEGAÇÕES DE LUÍS DE CADAMOSTO

3.1 Informações de Luís de Cadamosto

Conhecido em Portugal como Luís de Cadamosto, sua data de nascimento é incerta: 1422, 1426 ou 1428, de origem aristocrata veneziana. Pouco se sabe de sua infância, mas pela biografia existente permite se inferir alguns motivos que o tenha levado em suas aventuras marítimas. Um dos principais teria sido a difícil situação financeira em que se encontrava sua família e frente ao perigo de desclassificação social, Cadamosto se engajou como adido comercial de seu primo, Andrea Barbarigo, para viagens ao norte da África, já que o comércio com Alexandria era a fonte de riqueza de muitos venezianos (CORREA, 2002, p. 109).

Além desse fator interno relacionado à situação financeira, outro fator externo permite compreender a trajetória de Cadamosto: a tomada de Constantinopla, em 1453, pelos otomanos. Isso afetou o próspero comércio de Veneza e, como a cidade recuou comercialmente devido ao bloqueio turco aos produtos do oriente, ele empreendeu uma viagem de negócios ao ocidente (CORREA, 2002, p. 109). Dentre suas motivações, estava o conhecimento de lugares novos, fama, honras:

Vendo-me moço, e bem disposto para sofrer qualquer fadiga; deseioso de vêr mundo, e cousas que ninguém de nossa Nação ainda tivesse visto, esperando também conseguir honra e interesse; determinei de partir a todo o risco e informando-me das mercadorias, e cousas que erão necessárias, vim a Galé, aonde consignando a hum parente tudo o que tinha trazido para Ponente (CADAMOSTO, 1867, p. 7).

E além de reconhecimento, seu interesse em encontrar o ouro africano aparece em seus relatos: “Pelo que eu, movido pelo desejo de achar este ouro, e também por ver coisas diferentes, despachado de Budomel, recolhi à minha caravela” (CADAMOSTO, 1988, p. 145 *apud* FERNANDES, 2014, p. 6). Ainda sobre a busca do ouro e de riquezas, a promessa do lucro fácil motivou Cadamosto a partir para aquelas terras desconhecidas. Em sua crônica, o mercador informa que essa empresa pela Costa Atlântica africana prometia um lucro estimado entre seis a dez vezes superiores, ao investimento gasto por ele nesse empreendimento (CORREA, 2002, p. 109).

Nessas viagens de negócios ao ocidente, em uma escala em Cabo de São Vicente, o jovem mercador recebeu uma proposta tentadora do Infante Dom Henrique para uma expedição ao sul das Ilhas Canárias. Cadamosto descreve sobre esse encontro em sua crônica, na qual, segundo ele, o infante teria orgulho de um veneziano em sua expedição, pois ele considerava os italianos experientes comerciantes de especiarias. “ao senhor Infante, que lhe faria mercê, pois presumia que nas ditas terras se descobrirão especiarias, e outras cousas boas, de que os Venezianos erão mais conhecedores, do que nenhuma outra Nação” (CADAMOSTO, 1867, p. 6).

Nos anos de 1455, Cadamosto embarcou na caravela de Vicente Dias rumo à África ocidental com escalas em Porto Santo, Madeira e Ilhas Canárias. A expedição portuguesa percorreu a Costa de Senegal, Cabo Verde e a Gâmbia. Na segunda viagem, em 1456¹⁵, como objetivo de retomar os trabalhos de reconhecimento da última região africana visitada: a Gâmbia. Rumo ao Cabo Branco, a expedição alcançou as Ilhas Bissau e, em seguida, retornou a Portugal (CORREA, 2002, p. 110).

Conhecendo a trajetória de Luís de Cadamosto, de acordo com Correa, pode-se conjecturar sobre os motivos da publicação de suas viagens à África ocidental. Sabe-se que, ao escrever seus relatos, ele já se encontrava bem diferente daquele homem jovem e com medo de não fazer fortuna que se aventurou por lugares ignotos. Ao escrever seus relatos e de seu amigo Pedro de Sintra, Cadamosto estava rico e experiente, anos depois de suas viagens na África. Sua ascensão social foi, em parte, responsável pelo seu interesse em relatar suas experiências. Sendo assim, se sua riqueza foi atribuída à viagem à África Negra, seu prestígio foi adquirido pelo relato (CORREA, 2002, p. 110).

3.2 Os relatos de Cadamosto como fonte historiográfica

A descrição da África negra de Cadamosto apresenta alguns problemas para a Historiografia. Um primeiro ponto a considerar é a questão da originalidade do texto e sua tradução. Há quatro versões dos relatos de Cadamosto, dois manuscritos que não são os originais e duas edições impressas, a saber: a chamada vicentina de Fracanzio da Montalboddo (1507) e a ramusiana de Giovanni Battista Ramusio (1517,1521). Ambas são coletâneas de relatos de viajantes e navegadores, e o relato Cadamosto ocupa um de seus capítulos, sendo por meio dessas edições que o relato do veneziano se difundiu.

¹⁵ Sobre as datas das viagens, consultar o capítulo 3.

Outras edições em latim foram publicadas posteriormente, pode-se citar a versão latina de Arcangelo Madrigano de 1508 (CORREA, 2002, p. 107).

Sobre os dois manuscritos, que se sabe não serem os originais já que há um confronto entre as assinaturas do autor, ambos encontram-se na Biblioteca Marciana em Veneza, o primeiro, datado da segunda metade do século XV, composto de 46 folhas, sem divisão de capítulos e sem títulos; e o segundo, datado dos primeiros vinte anos de 1500, já com divisão de capítulos e títulos. Essa versão manuscrita é atribuída a um frade franciscano e teve como título *As Navegações de Alvise* (MAURO, 1998, p. 463).

Essas edições posteriores às *Viagens à África Negra* foram alteradas ao longo do tempo. As edições em italiano e em francês são exemplos de uma política editorial da época, uma vez que o latim limitava a leitura para fora dos círculos acadêmicos e intelectuais. A tradução para esses outros idiomas tinha como objetivo ampliar o público leitor, deixando de ser apenas voltada para um leitor especializado, sendo voltada também para a burguesia. A divisão da crônica de Cadamosto em vários capítulos é um exemplo da manipulação, como modo de tornar o relato mais atraente e de aumentar seu público de leitores (CORREA, 2002, p. 107).

Entre essas edições posteriores, pode-se elencar algumas publicadas em Portugal a partir do século XIX: uma delas, pela Academia Real das Ciências de Lisboa que ganhou duas edições datadas de 1812 e 1867 respectivamente, e outra de 1944 publicada pelo Instituto para a Alta Cultura, também em Lisboa. Trataremos com mais detalhes sobre elas ainda neste capítulo.

Além dessa modificação no texto, outro problema que o relato de Cadamosto apresenta é a questão da objetividade. As informações sobre a África Negra foram recolhidas por meio de dois métodos: testemunho ocular do autor e por relato de terceiros¹⁶, embora essas informações recolhidas por ele sejam usadas para fins de complementação ou ratificação de suas anotações, como neste exemplo abaixo, sobre a troca de sal e ouro entre algumas populações das regiões de Tagaza e Melli

¹⁶ Esses relatos também foram colhidos de homens pretos escravizados, que aprenderam a língua portuguesa e foram convertidos cristãos. Segundo Cadamosto, “cada um dos nossos barcos tinha interpretes negros trazidos conosco de Portugal, os quais tinham sido vendidos por aqueles senhores de Senegal aos primeiros portugueses que tinham vindo descobrir o dito país dos negros” (CADAMOSTO, 1944, p. 62).

E deste modo fazem o seu comércio sem se verem uns aos outros, nem falar-se, por um longo e antigo costume. E posto que isso pareça difícil de acreditar, contudo vos afirmo ter recebido esta informação por muitos mercadores, quer árabes quer azenegues, e também por pessoas dignas de crédito (CADAMOSTO, 1944, p. 26).

O autor também sempre se mostrou cauteloso e procurou manter certa distância do “senso-comum” (CORREA, 2002, p. 107). Podemos perceber isso, neste trecho, onde o autor desmente rumores que ouviu sobre os elefantes africanos, e indo além, parece se importar com a maneira em como lhes caem os dentes, por certo seu interesse se deve às retiradas do marfim:

e digo que esses elefantes têm joelhos, cujas juntas se dobram quando andam, como todos os outros animais; e digo isto porque antes de chegar a estes países tinha ouvido dizer que os elefantes não se podem ajoelhar e dormem em pé, o que é grande mentira, porque se deitam no chão e se levantam como qualquer outro animal, e nunca lhes caem os dentes grandes senão por morte (CADAMOSTO, 1944, p. 52).

Outro aspecto é a tardia execução do texto de Viagens, escrito quase dez anos depois de suas viagens. O próprio autor reconheceu a desvantagem de basear sua descrição em lembranças remotas:

E se estas coisas não forem por mim escritas tão ordenadamente como o assunto exige, pelo menos não faltarei em parte alguma à estrita verdade, e preferi sempre dizer de menos a narrar alguma contra a verdade (CADAMOSTO, 1944, p. 3).

Ainda assim, segundo a autora Joyce Richelle Barcellos Fernandes, ressalta que a obra de Cadamosto é de grande importância para a pesquisa histórica, pois, por meio dela, são reconstruídos momentos da expansão portuguesa pela costa atlântica africana, posteriores às Crônicas de Zurara, que datam até 1447. Uma obra que, além do seu valor histórico, e apesar de seus problemas historiográficos, traz testemunhos diretos dos primeiros contatos entre portugueses e africanos, além de situar outras relações, como, por exemplo, sobre os povos que viviam ao norte do Saara (FERNANDES, 2014, p. 4).

Por meio de seu relato, é possível conhecer um pouco sobre a vida, os costumes, as vestimentas, a alimentação, o comércio, as relações sociais, econômicas e políticas de alguns grupos africanos com o qual Cadamosto teve contato durante suas viagens. Ele também escreve sobre características importantes da primeira fase do processo de expansão marítima portuguesa, como os métodos de razia utilizados pelos primeiros

nautas na África e as ordens do Infante Dom Henrique aos seus homens (FERNANDES, 2014, p. 4).

Em seus relatos, ao contrário de outras crônicas que relataram essa fase inicial da Expansão Marítima Portuguesa, o mercador veneziano demonstra um olhar mais aprofundado sobre a geografia dos locais percorridos, o que pode ser observado nesta descrição:

O primeiro Reino de Negros da baixa Ethiopia, he este que fica sobre o Rio Senegal; os Povos que habitão as suas margens chamão-se Jalofos, e toda esta costa e paiz acima declarados, he terra baixa, até Cabo Verde, que he a terra mais altade toda aquella costa, isto he, quatrocentas milhas mais além do predicto Cabo (CADAMOSTO, 1867, p. 25).

Diferente de outros cronistas da expansão, segundo Correa, Cadamosto evita termos depreciativos para representar o negro africano, e que sua imagem sobre eles é menos generalista. Em suas descrições, ele aborda aspectos políticos, socioeconômicos e culturais de vários grupos encontrados em suas viagens pela costa africana (CORREA, 2002, p. 112). O autor preocupava-se em descrever detalhadamente os nativos e seus costumes por onde passava:

Quasi toda essa gente anda continuamente nua, e todo o seu vestuário consiste em hum couro de cabra, posto em fórmula de bragas, com que se cobrem; porém os Magnates, e aquellos que podem, vestem camisas de panno de algodão, porque naqueles paizes nascem algodoeiros, as suas mulheres fião o algodão, e fazem pannos da largura de hum palmo, e não sabem fazellos mais largos, por não terem pentes para tecellos, e assim cosem quatro ou sinco daqueles pannos juntos, quando querem fazer algum trabalho largo: a fórmula das suas camizas he a seguinte: são compridas ate meia côxa, e as mangas largas, e curtas só até o meio do braço (CADAMOSTO, 1867, p. 27).

Além do mais, segundo Fernandes, os depoimentos contidos na obra de Luís de Cadamosto reproduzem características da mentalidade de um jovem europeu dos primórdios da Modernidade: sentimentos de surpresa ao lidar com o novo e a vontade de experimentar coisas nunca antes vistas ou sentidas. Outro diferencial dos relatos de Cadamosto é que ele buscava descrever as populações africanas com “certa” imparcialidade, o que não era uma prática corriqueira nos relatos da época (FERNANDES, 2014, p. 5).

No que se refere à imagem do negro africano, esta foi percebida, de forma original, por Cadamosto. Sua visão se difere da imagem medieval e tampouco se orienta por tradições bíblicas ou de clássicos antigos, como a cartografia ptolomaica, por exemplo. Cadamosto não se prende aos cânones medievais, rompendo com a tradição,

descreve o que viu, ouviu e se lembrou, sem recorrer a conhecimentos produzidos por aqueles que nunca estiveram para além do Cabo do Bojador. Por isso, o relato de Cadamosto pode ser considerado a primeira fonte moderna sobre o negro africano (CORREA, 2002, p. 111).

O relato de viagem escrito por Cadamosto parece estar destinado, a todo o momento, em envolver e trazer o novo leitor que se formava para a realidade africana. É perceptível sua cautela em separar as experiências vividas e as coletadas por terceiros, como citado anteriormente, ao detalhar os lugares que visitou e em descrever os primeiros contatos, os nomes e os costumes dos diversos povos (CORREA, 2002, p. 107). Alguns trechos para ilustrar essa afirmação: “E se me perguntar como é que se sabem estas coisas, responderei que os habitantes das quatro ilhas dos cristãos costumam ir com algumas fustas assaltar essas ilhas”; “E ouvi dizer por pessoas de bem e dignas de crédito terem visto nesta ilha, por causa da temperança do ar, agraço e uvas maduras na semana santa”; “E digo, por ter ouvido a alguns da ilha, dignos de crédito, que no princípio havia grande quantidade d'e pombos” (CADAMOSTO, 1944, p.15; p. 13; p. 13).

Como os relatos de viajantes requerem um cuidado investigativo e os manuscritos originais do relato do veneziano não foram encontrados, três edições, de diferentes períodos da obra cadamostiana foram escolhidas, traduzidas do italiano para o português, para que, durante o estudo, possam ser observadas estruturas, modelos editoriais, divergências e convergências, entre datas, fatos, encontros e outros. Pela quantidade de manuscritos e edições, textos traduzidos, pode-se perceber a importância que o relato de Cadamosto conquistou a partir dos séculos XV e XVI, sobretudo na Itália e em Portugal.

As versões italianas e latinas apresentam a seguinte sequência cronológica das viagens de Cadamosto: a primeira viagem para África em 1455, a segunda, em 1456. A versão portuguesa de 1944, intitulada *Navegações de Luís de Cadamosto*, por se tratar de uma tradução da coleção italiana ramusiana, não há divergências nas datas, ou seja, o tradutor mantém as datas de 1455-56. Já em algumas versões portuguesas, também traduzidas da edição de Ramuzio, a sequência cronológica das viagens vai mudar, cita-se aqui como exemplo o texto presente na coleção publicada em 1812 pela Real Academia das Ciências de Lisboa, que recebeu uma segunda edição em 1867. Nessas

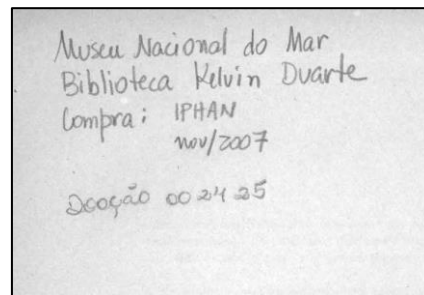
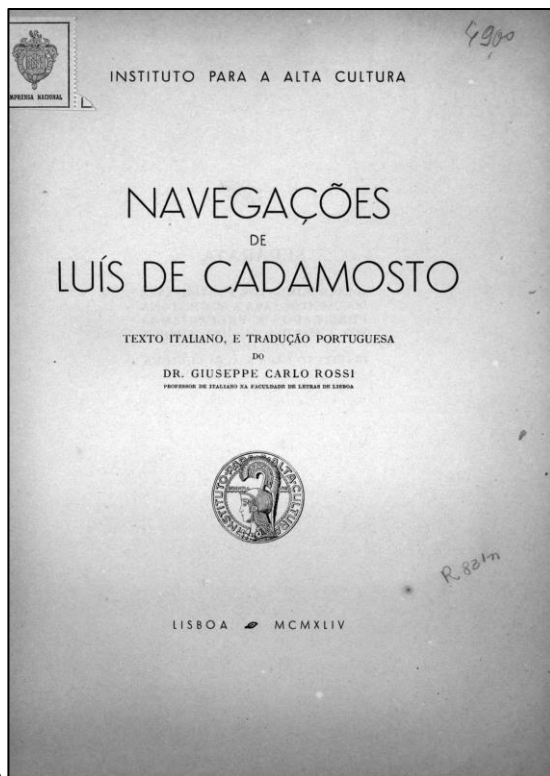
duas versões, as viagens de Cadamosto teriam acontecido nos prováveis anos de 1445 e 1446, ou seja, dez anos antes. Explicaremos essas divergências cronológicas a seguir.

3.3 Versões da crônica analisadas

Para investigar como Cadamosto representou nos seus relatos os africanos pretos encontrados por ele em suas viagens pela África Negra, três edições publicadas em diferentes datas foram escolhidas. São edições traduzidas do italiano para o português, da edição ramuziana e que datam de 1812, 1867 e 1944 respectivamente. Ao compará-las, percebe-se que há poucas divergências em relação ao conteúdo e a forma de organização e distribuição dos capítulos (apenas as datas da viagem divergem). Quanto ao estilo linguístico, há apenas atualizações das normas da língua portuguesa de cada época, visto que as datas são variadas entre si. Pode-se dizer que são, em geral, muito próximas umas das outras.

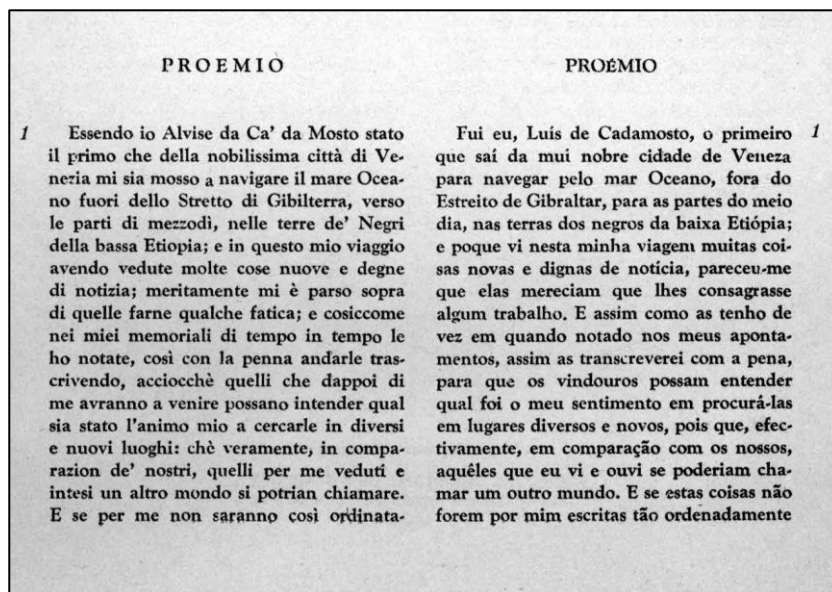
A versão mais recente, e que manteve as datas das viagens cadamostianas nas datas de 1455 e 1456, conforme citada anteriormente, traduzida para o português pelo Dr. Giuseppe Carlo Rossi, foi publicada na coleção *Descobrimientos Portugueses – Documentos para a sua história*. Foram publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, professor da Faculdade de Letras de Lisboa – Suplemento ao vol. I (1057-1460), do Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, em 1944, intitulada, ainda, *Navegações de Luís de Cadamosto*. É importante ressaltar que o texto de Cadamosto na íntegra, conta com oitenta e quatro páginas.

Nessa edição, o professor João Martins da Silva Marques faz um pequeno prefácio explicando um pouco o documento em italiano da qual a edição foi traduzida para o português e explicita os motivos que o levaram a manter colacionado lado a lado com a tradução portuguesa a versão ramuziana. O texto está dividido em vários capítulos menores e todos com subtítulos, possivelmente para facilitar a leitura e torná-la mais atraente para o novo mercado de leitores que se formava em algumas partes da Europa do século XVI. Segue algumas imagens:

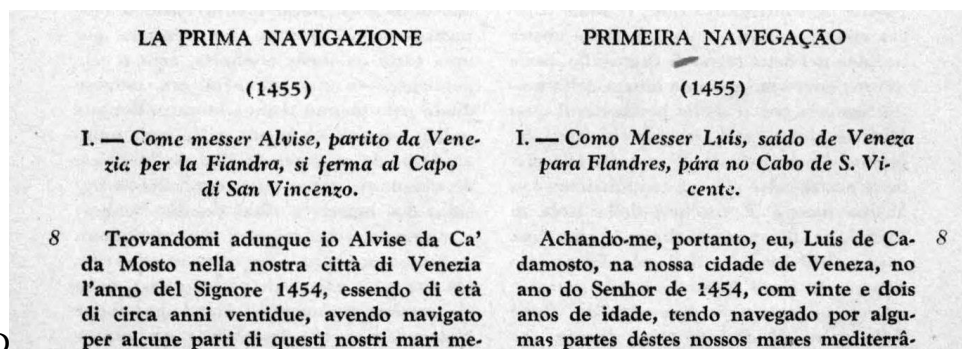


A

B



C



D



Figura 2 – Páginas da versão publicada na coleção *Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua história*, disponível em PDF, do texto *Navegações de Luís de Cadamosto*.

- A) Contracapa.
- B) Manuscrito rabiscado na versão em PDF.
- C) Versão Italiana colacionada ao lado da tradução em português.
- D) Capítulo 1
- E) Divisão de pequenos capítulos em uma mesma página.

Fonte: CADAMOSTO (1944).

As outras duas edições pertencem à *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes*, publicadas pela Academia Real das Sciencias, Tomo II, número I. Tendo sua primeira edição publicada no ano de 1812 e a segunda edição, no ano de 1867, ambas intituladas *Navegações de Luiz de Cadamosto, a que se ajuntou a viagem de Pedro de Cintra capitão portuguez, traduzidas do italiano*. Há apenas algumas modificações relacionadas às atualizações das normas da língua portuguesa de cada período, sendo mantido o mesmo texto em ambas as edições. Na primeira edição o texto contém setenta e duas páginas, na segunda ele conta com uma redução: sessenta e quatro páginas.

Na edição de 1812, há um artigo extraído das atas da Academia Real das Ciências, escrito pelo então Secretário João Guilherme Christiano Muller, que evidencia

como possível escritor da introdução da coleção, um dos sócios da mesma academia, Sebastião Francisco Mendo Trigozo. Esse texto introdutório se repete em ambas as edições e contém informações valiosas acerca das viagens de Cadamosto e do valor de seu relato enquanto documento.

Na Introdução, o autor faz uma importante discussão sobre a obra cadamostiana para a História Naval Portuguesa que, segundo ele, foi o “primeiro período da glória naval” ou “dourados tempos dos descobrimentos do Infante D. Henrique”. O autor também coloca Cadamosto e seu relato em posição de destaque em detrimento a outros relatos que estão presentes na mesma coleção (NAVEGAÇÕES..., 1867, p. VII).

A Presente Collecção de noticias e viagens às nossas Conquistas ultramarinas, devia necessariamente principiar pela traducção das viagens de Luiz de Cadamosto; não só por ele ter sido hum dos nossos primeiros e principaes Navegadores; mas por ser o único, cujo os efeitos se conservão desde os dourados tempos dos descobrimentos do infante D. Henrique. Este primeiro periodo da nossa gloria naval he tão pouco conhecido; e tudo até as épocas dos nossos primeiros descobrimentos he tão cheio de incerteza; que quaesquer noticias que illustrem esta materia devem ser benignamente acolhidas pelos estudiosos (NAVEGAÇÕES..., 1867, p. VII).

Ambas as versões em PDF possuem capítulos pequenos e divididos por subtítulos enumerados exatamente iguais. Iniciam-se pelas capas e contracapas, artigo (edição de 19812), introdução, proêmio e capítulos concomitantemente. As edições encontram-se disponíveis na *internet*, e contam com o Tomo digitalizado na íntegra, sendo as *Navegações de Luiz de Cadamosto*, o livro de número 1. Segue algumas imagens das edições de 1812 e 1867:

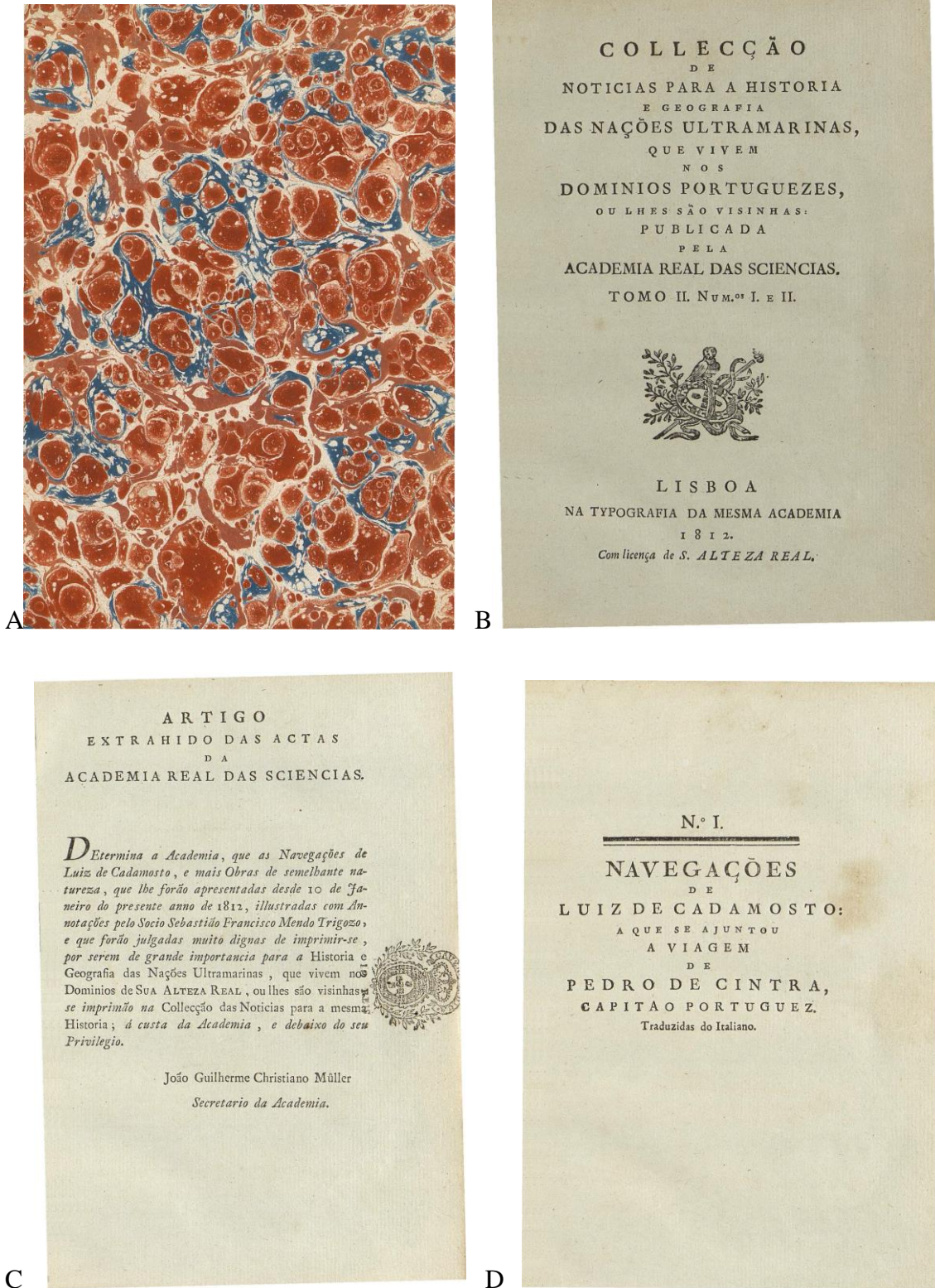


Figura 3 – Páginas da versão publicada, em 1812, na *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, disponível em PDF, do texto *Navegações de Luís de Cadamosto*.

- A) Capa.
- B) Contracapa
- C) Artigo.
- D) Texto de Cadamosto

Fonte: CADAMOSTO (1812).

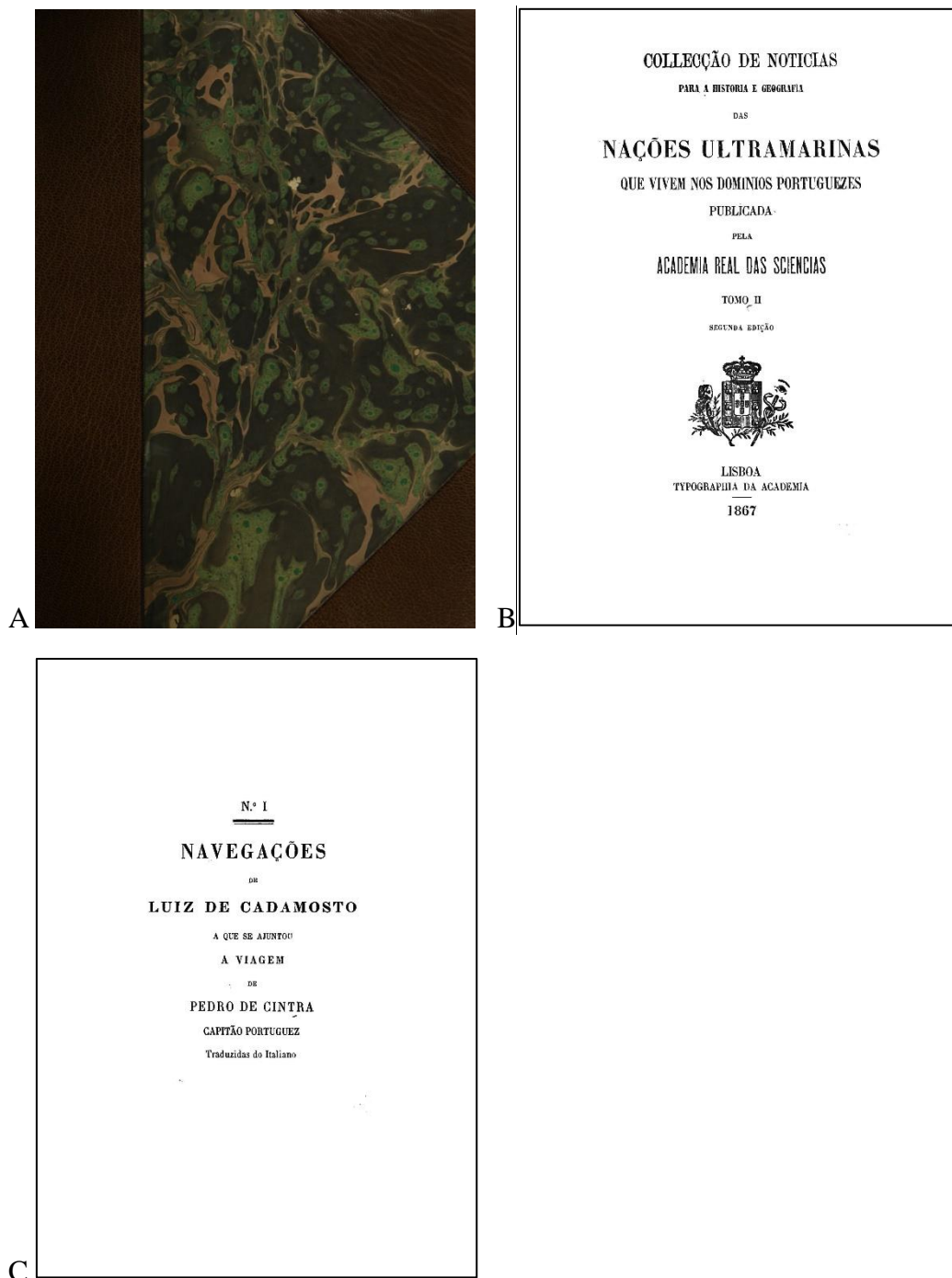


Figura 3 – Páginas da versão publicada em 1867 na *Collecção de notícias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, disponível em PDF, do texto *Navegações de Luís de Cadamosto*.

- A) Capa.
- B) Contracapa.
- C) Capítulo 1

Fonte: CADAMOSTO (1867).

Ainda na Introdução, o autor descreve alguns possíveis erros cronológicos que alguns historiadores cometeram, segundo ele, em relação a algumas datas importantes

contidas no texto de Cadamosto, possivelmente no momento de sua tradução, incluindo sobre as datas de suas duas viagens. Damião de Goes (1502-1574), descrito como um dos “nossos mais polidos escritores daquele século”, teve acesso à obra de Cadamosto e se serviu dela para retificar alguns enganos. Os manuscritos que existem não se sustentam como sendo os originais, portanto, o que existe são traduções, e uma delas datada de 1508 é considerada defeituosa e se misturaram a ela outras viagens de outros navegadores. (NAVEGAÇÕES..., 1812, p. VIII).

Cadamosto teria nascido no ano de 1422, na cidade de Veneza e contava com vinte e dois anos quando chegou a Portugal. A mando do infante D. Henrique fez sua primeira viagem em 1445 e a segunda viagem em 1446. “Sendo de idade de quase vinte e dous anos, e tendo já navegado por algumas partes destes nossos mares mediterraneos” (CADAMOSTO, 1812, p. 5). Permaneceu no reino até 1463, de onde voltou para a Itália e escreveu suas memórias das viagens de navegação (NAVEGAÇÕES..., 1812, p. IX).

Ao se pensar na partida de Cadamosto no ano de 1455 para a África, levando em conta as afirmações que ele mesmo descreve, ao chegar às Ilhas de Porto Santo e da Madeira, de onde ele diz que essa foi descoberta há vinte e sete anos, e esta há vinte quatro anos antes, chegaríamos ao cálculo de que o ano seriam 1428 e 1431 respectivamente. Mas de acordo com o autor da introdução, essas datas retroagem em dez anos das datas em que os portugueses teriam realmente chegado nessas ilhas. Todos os outros descobrimentos e chegadas que Cadamosto cita no texto, nessa versão de Ramuzio, são anteriores às épocas em torno de uma década.

He pois absolutamente necessário atrazar a esta vinda a Portugal o espaço de alguns anos: e a querermos fixar este termo por alguns anos dos acontecimentos mais averiguados da nossa historia, como são os descobrimentos das ilhas de Porto Santo e Madeira, deveremos pôr a partida de Cadamosto para a costa d'África em 1445; o que além de conciliar todos os factos, tem a seu favor a autoridade de hum dos nossos mais antigos escriptores (NAVEGAÇÕES..., 1867, p. XI).

Damião de Goes, afirma no capítulo VIII da Chronica do Príncipe D. João, que Cadamosto teria vindo a Portugal no ano de 1444 e que partiu em suas viagens no ano seguinte. “seguinte, pois huma tão grande autoridade, não duvidámos de pôr no corpo da obra o anno de 1445 e fixando assim esta época” (NAVEGAÇÕES..., 1812, p. XII).

Em um texto de 1842, *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos dos Portuguezes na Costa occidental d'Africa*, escrito e organizado pelo Visconde de Santarém, há uma nota de rodapé, com a afirmação de que aquela data deveria ser fixada no ano de 1456, já que nem mesmo Zurara, que terminou sua crônica em 1448, não teria citado Cadamosto, e sendo uma viagem tão importante deveria aparecer no texto de Zurara. Há também uma informação sobre uma dissertação escrita por Zurla¹⁷, que mantinha a data em 1456 para conformação da academia (SANTAREM, 1842, p. 346).

José Joaquim Lopes de Lima, em *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas, na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China e na Oceania*, publicado em 1844 pela Imprensa Nacional em Lisboa, baseado também na dissertação de Zurla, diz que a segunda viagem de Cadamosto foi no ano de 1456, o que significaria que a primeira viagem teria sido em 1455. Lima, afirma que Damião de Goes teria se equivocado quanto à data das viagens, já que Goes não foi contemporâneo e escreveu quase um século depois, não levando em consideração as datas mantidas por Ramuzio, que foi um dos primeiros editores da Crônica (LIMA, 1844, p. 149)

Essas divergências cronológicas ainda são discutidas e não existe um consenso sobre as reais datas. No entanto, a Academia Real lançou a segunda edição da Coleção publicada em 1812 no ano de 1867, ou seja, posterior aos textos de Zurla, do Visconde de Santarém e de Lima, e mantiveram na introdução as datas das viagens estipuladas em 1445 e 46. Para referenciar as datas, será necessário utilizar das datas que estão fixadas nas versões de 1812, 1867 e 1944. Portanto, esse é o motivo para a variação das datas das viagens neste texto.

¹⁷ Zurla é citado por Zurara, na Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné, e teria sido um cardeal e escritor de uma dissertação sobre Cadamosto em 1815. “vide Zurla, Dissertazioni sopra cadamosto, pág. 14. Venezia, 1815” (ZURARA, 1841, p. 116, 191).

4 REPRESENTAÇÃO E ALTERIDADE NA OBRA CADAMOSTIANA

4.1 Das terras e da geografia

Este capítulo será basicamente uma análise das três versões da obra, descritas anteriormente, do relato que Cadamosto teria deixado a respeito de suas viagens a bordo das naus portuguesas durante as viagens de “descobrimento” pelo continente africano, no início da Expansão Marítima. Pretende-se transcrever e analisar algumas representações deixadas por ele, sobretudo em relação à alteridade com os povos de cor de pele preta que foram encontrados durante seu percurso de pouco mais de dois anos. Será feito também, citações de partes de seu relato a fim de familiarizar-se com seu modo de representar e descrever o que ele viu e encontrou, como os espaços, os animais, a comida, os costumes, entre outros.

Ainda no decorrer deste capítulo, concomitantemente com a análise, será feita uma discussão com alguns possíveis resultados para as perguntas problemas levantadas na introdução deste texto e o capítulo será finalizado com algumas conclusões oriundas da análise da obra cadamostiana. Para a análise, serão utilizados dois conceitos como instrumental teórico: Representação e Alteridade. Para trabalhar os conceitos de Representação, iremos dialogar com autores como Carlos Ginsburg, Roger Chartier, Sandra Mackowiecky; e Alteridade, Tzvetan Todorov, Bakhtin e seu círculo.

Sandra Mackowiecky, em seu texto *Representação – a palavra, a ideia, a coisa*, diz que o termo “representação” parece se situar em uma vasta gama de noções ou de conceitos variados como o imaginário, ideologia, mito, mitologia, utopia e memória. Portanto, é um conceito que precisaria ser mais bem trabalhado e explorado (MACKOWIECKY, 2003, p. 2).

Para Ginsburg (2001, *apud* MACKOWIECKY, 2003, p. 3), nas ciências humanas, há uma ambiguidade no uso do termo. Por um lado, a “representação” se faz às vezes da realidade percebida, vista e representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, logo, sugere a presença. Para o autor,

esse é um “aborrecido” jogo de espelhos e ele não para aí. Para ele, a imagem é ao mesmo tempo presença e substituto de algo que não existe.

Etimologicamente, ‘representação’ provém da forma latina ‘*repraesentare*’ – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto. Tal seria, por exemplo, o sentido da afirmação de que o Papa e os cardeais ‘representam’ Cristo e os Apóstolos (MACKOWIECKY, 2003, p. 3).

Ainda de acordo com a autora, a representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem representa. Por exemplo, uma descrição de Cadamosto sobre os canários, tomará o lugar dos canários num contexto limitado, as representações dos indivíduos canários tomam o lugar não idêntico, mas análogo, por meio das atribuições de significados ditados por Cadamosto (MACKOWIECKY, 2003, p. 4).

Roger Chartier afirma que, nas concepções antigas, como a que está no Dicionário Universal de Furetière, edição de 1727, as definições da palavra “representação” atestam duas acepções aparentemente de sentidos contrários: Por um lado, a representação mostra a ausência, o que supõe uma distinção clara de quem representa do que é representado; e de outro, mostra a presença, a apresentação pública de uma pessoa ou coisa. Na primeira acepção, a representação é um instrumento de mediato, que faz ver um objeto ausente dando-lhe uma imagem capaz de recriar o objeto tal como ele é, e algumas dessas imagens são totalmente recriadas materialmente, como, por exemplo, manequins colocados sobre a urna sepulcral monárquica que representa o corpo do defunto (CHARTIER, 1991, p. 184).

Já outras imagens funcionam no campo da relação simbólica, o que para Furetière é “a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais: o leão é símbolo do valor, o pelicano da do amor materno”, ou citando o que já foi dito anteriormente, o negro é o símbolo da morte e do mal. Há, portanto uma relação entre o signo visível e o referente significado (FURETIÈRE, 1727, *apud* CHARTIER, 1991, p. 184).

Mackowiecky, citando Chartier (1991), afirma que a representação é o produto resultante de uma prática. “A literatura, por exemplo, é representação, porque é o produto de uma prática simbólica que se transforma em outras representações”. Então, o fato nunca é o fato em si, e seja por quaisquer meios ou discursos, o que temos é a representação desse fato. A representação é um referencial e temos que nos aproximar dele, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou do imaginário é em si um elemento que dá sentido ao mundo pela evocação da ideia do real (MACKOWIECKY, 2003, p. 4).

Sandra Jatahy Pesavento (2006, p. 49,) afirma que as “representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento”. Ainda de acordo com a autora, os conceitos de representações, apropriados pelos historiadores, tornaram-se instrumento para a análise de um fenômeno presente em todas as culturas ao longo do tempo: a elaboração da ideia sobre o real. Os homens elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que, além de dar contorno ao mundo, orienta o olhar e a nossa percepção sobre sua realidade. “A ação humana de re-apresentar o mundo – pela linguagem e pela forma, e também pela encenação do gesto ou pelo som – a representação dá a ver e remete a uma ausência”.

Cadamosto escreve seu relato cerca de dez anos depois das suas viagens pela Costa da África, portanto tudo o que ele escreveu provavelmente provém de algumas anotações e de suas memórias. Seu texto está escrito na primeira pessoa do singular e evoca suas lembranças vividas nas viagens. Ele afirma que o relato era merecedor de ser escrito pelo fato de ter sido o primeiro veneziano a navegar pelo mar, que ele chama de “mar Oceano, fora do Estreito de Gibraltar, para as partes do meio dia, nas terras dos negros na baixa Etiópia” e também “porque vi nesta minha viagem muitas coisas novas e dignas de notícia, pareceu-me que elas mereciam que lhes consagrassem algum trabalho” (CADAMOSTO, 1944, p. 3).

O veneziano continua dizendo que as novidades que ele viu e ouviu seriam transcritas em forma de relato para que as pessoas pudessem entender qual foi o seu sentimento em procurá-las em locais diferentes e novos, pois ao se comparar o mundo que Cadamosto conhecia antes das suas viagens pela África Atlântica, aquele mundo novo para ele seria um outro mundo

Assim transcreverei com a pena, para que os vindouros possam entender qual foi o meu sentimento em procura-las em lugares diversos e novos, pois que, efectivamente, em comparação com os nossos, aqueles que eu vi e ouvi se poderiam chamar um outro mundo (CADAMOSTO, 1944, p. 3).

Todorov vai dizer que a viagem transcende todas as categorias, incluído à da mudança do mesmo e do outro e o deslocamento no espaço é o primeiro indício da mudança e o relato produzido por esse viajante também se alimenta da mudança, portanto a viagem e o relato se aplicam mutuamente (TODOROV, 2006, p. 231).

Escrevendo posteriormente suas experiências, o veneziano parece sentir que seu deslocamento físico e geográfico atrás de coisas novas provocaria mudanças no modo de ver o outro e mereciam ser deixados escritos por meio de um relato. O mundo com o qual se deparou, com suas gentes, hábitos e costumes era diferente do mundo conhecido por ele e provavelmente pelos futuros leitores de sua obra e somente por meio das viagens ele teria tido conhecimento do novo e do outro.

Ao descrever sobre algumas viagens dos portugueses pela África anteriores a sua, Cadamosto afirma que o Infante D. Henrique disse a ele que tinha mandado navegar por mares que jamais foram navegados e que havia “descoberto terras de diversas gerações estranhas, onde se encontram coisas maravilhosas”, e que disseram tantas outras coisas que o maravilharam e aumentaram seu desejo de ir lá conhece, ao passo que ele foi ter com o Infante uma conversa sobre a possibilidade de acompanhar as naus portuguesas nessas viagens e que o Infante teria concordado desde que pagasse os tributos necessários, que era o quarto de tudo o que encontrasse caso fosse por sua conta, ou se fosse por conta do Infante deveria dividir ao meio tudo o que fosse trazido (CADAMOSTO, 1944, p. 9).

Essa relação com o desconhecido ou com o maravilhoso inaugura um novo gênero literário presente nas literaturas de viagens nesse período, o maravilhoso passa a ocupar o imaginário do homem quinhentista. Esse maravilhoso perpassa pelo conceito de natureza herdado do medievo e, para se compreender como o novo homem “moderno”, conceituava a Natureza, precisamos levar em conta três pontos: heranças do pensamento teológico do medievo; a redescoberta da antiguidade no século XV – o que

marca o humanismo da época e o aprofundamento de uma tradição experimental na pesquisa científica sobre a natureza (KESSELRING, 2000, p. 158).

Cadamosto ao descrever sobre as frutas e os animais das regiões por onde ele passou, sempre dá informações bem detalhadas e parece partilhar de um sentimento de maravilhamento e curiosidade, como quando, ao chegar a Ilha da Madeira, o autor descreve com delicadeza sobre as videiras do lugar:

e por ser o terreno tão gordo e bom, crião as videiras quase mais cachos, do que folhas; e são eles mui grandes, do comprimento de dous, e três palmos, e estou e dizer, que até de quatro; e he cousa a mais bela do mundo para ver. Há também uvas pretas de parreira em toda a perfeição; e fazem-se na dita ilha arcos de teixo belíssimos, e de mui boa qualidade que se carregam para o Ponente (CADAMOSTO, 1867, p. 10).

Sobre os animais que, segundo ele, existiam na Ilha Madeira

Acham-se nela pavões bravos, alguns dos quais brancos, e perdizes; e não há outra caça. A não ser codornizes, e abundância de porcos bravos no monte. E digo isso, por ter ouvido a alguns da ilha, dignos de crédito, que no principio havia grande quantidade de pombos, e ainda há, os quais se caçavam com um certo laço que lhes deitavam com a cana, que apanhava o pombo pelo pescoço e o puxava abaixo da árvore (CADAMOSTO, 1944, p. 13).

Cadamosto (1944, p. 9) se preocupa em descrever detalhes sobre os lugares a fim de situar o leitor em relação aos descobrimentos dos portugueses em terras africanas, como quando ao aportar na Ilha de Pôrto Santo, “Esta ilha de Pôrto Santo é muito pequena, tem umas quinze milhas de circuito e foi descoberta há vinte e sete anos pelas caravelas do sobredito senhor Infante”. Ou, ao chegar ao Rio de Senegal, ele afirma que (1944, p. 31), “cinco anos antes que eu fizesse esta viagem, este rio foi descoberto por três caravelas do dito Infante que entraram dentro dele e fizeram paz com esses negros”.

Sobre seu modo de encarar os novos encontros com os povos de cor de pele preta, ao que parece, Cadamosto (1944, p.63) era um homem pacífico e não partilhava do uso da violência física, como ao relatar sobre a maneira que fora morto um dos seus interpretes pelos barbacinos ao aportar em uma região próxima ao Gâmbia. “Sabida por

nós esta notícia, ficámos espantados e compreendemos que êstes homens deviam ser cruelíssimos, pois tinham levado efeito semelhante acto sobre aquêle negro que era da sua mesma raça”. Após presenciar esse fato, ao chegar a outro reino, ele escreve que (1944, p. 64) “tínhamos chegado ali para tratar com aquela gente em boa paz e concórdia e sua benevolência, que nos convinha adquirir com arte, e não com a força”.

Ao chegar ao reino do Gâmbia, Cadamosto e os demais portugueses foram recebidos por homens guerreiros que tentavam expulsá-los de suas terras e tiveram que agir com violência usando suas armas de fogo e, assim que o combate se acalmou, foram mandado intérpretes para perguntar-lhes:

porque nos ofendiam, sendo nós gente de paz, que vinha tratar de mercadorias, e que com os outros negros do reino de Senegal tínhamos boa paz e amizade, como igualmente com eles, se lhes aproovesse; que tínhamos vindo de países longínquos para dar bons presentes ao sei rei e senhor, de parte do nosso rei de Portugal, que desejava ter amizade e boa paz com ele... (CADAMOSTO, 1944, p. 67).

4. 2 Das gentes e costumes

Ao chegar às ilhas das Canárias, Cadamosto descreve as sete ilhas dizendo que são quatro habitadas por cristãos e três por idólatras, e que essas três são bastante habitadas e não foram subjugadas por cristãos por terem muita gente apta para a defesa, com montes altíssimos e lugares perigosos. Sobre seus senhores, Cadamosto diz que a sucessão acontece por quem pode mais e não onde o filho sucede o pai, fazendo analogia com o costume europeu. Continua dizendo que esses idólatras, fazem guerra entre si, matando-se como feras, e que usam armas como pedras, clavas com pontas de ferro (CADAMOSTO, 1944, p. 15).

Em contrapartida, o veneziano descreve de maneira positiva sobre os dotes físicos dos canários cristãos: são magros e bons corredores e saltadores, atiram pedras com destreza e força e conta como presenciou uma aposta entre esses homens:

Note-se que eu vi um canário cristão na Ilha da Madeira, que se obrigava, dando penhor, a dar a três homens doze laranjas a cada um, e êle tomava doze para si: e apostava de acertar em cada um dêles com as suas doze laranjas, de maneira que nenhuma falasse, e que nenhum

deles o tocasse com alguma das suas, a não ser nas mãos, por querer defender-se com elas: e que não se aproximasse dele oito ou dez pessoas. Não se achou ninguém que quisesse aceitar a aposta, pois que todos sabiam que êle faria melhor do que dizia. De forma que eu concludo que os homens mais destros e ligeiros que há no mundo são os dessa raça (CADAMOSTO, 1944, p. 17).

Pode-se perceber que, ao se dirigir sobre os canários, o autor faz distinção no entre canário idólatra e canário cristão, sendo que o idólatra atira a pedra como “fera”, já o cristão é destro e ligeiro. Todorov, ao falar da descoberta do “outro” (externo), vai dizer que o “eu” pode conceber o “outro” como um grupo social concreto da qual o “eu” não pertence. O estrangeiro, muitas vezes é negado pelo “eu”, que se recusa e vê-lo como sendo da mesma espécie. Portanto, nesse trecho, a representação do outro se distância do grupo ao qual Cadamosto pertence (TODOROV, 2006, p. 4).

Ao descrever os azenegues, como homens mulatos e vizinhos da primeira terra dos negros, Cadamosto chama a atenção a um costume considerado por ele “estranho” e, mesmo sem ter a certeza do motivo, utiliza a palavra “dizem” para se referir aos relatos de terceiros e o relata em seu texto da seguinte maneira:

Têm esses azenegues um estranho costume, que é trazerem sempre um lenço em volta da cabeça com uma ponta que lhe cai pelo rosto abaixo, e lhes tapa a boca e parte do nariz. Dizem que boca é coisa feia, pois que dá continuamente ventosidade e mau hálito, e, portanto, deve ter-se coberta e não mostrá-la, querendo quási compará-la com o anus, e que essas duas partes se têm de encobrir. É verdade que eles nunca a descobrem, como eu vi a muitos, a não ser quando comem, e não mais. (CADAMOSTO, 1944, p. 23).

Ele continua descrevendo os azenegues de maneira cada vez mais pejorativa: são pobres, mentirosos e ladrões e parecendo fazer uso de deboche ou sarcasmo, ridicularizando sua maneira de tratar dos cabelos:

São pobres, mentirosos e ladrões mais que ninguém no mundo, e grandes traidores; homens de estatura regular, magros e trazem os cabelos encaracolados pelas costas abaixo, quási à maneira de alemães; mas seus cabelos são todos pretos, e untam-nos todos os dias com uma gordura de peixe, e por isso cheiram muito mal, coisa que consideram grande galantaria (CADAMOSTO, 1944, p. 23).

Ainda sobre as terras dos pardos e mulatos, o autor ao descrever as vestimentas e um costume das mulheres de lá, parece lançar mão de um discurso mais descritivo e menos provido de opinião:

As mulheres deste país são pardas, e a maioria delas costuma trazer uns vestidos de algodão que vêm das terras dos negros, e algumas daquelas roupas que dissemos acima, chamadas aliquidicéis, mas sem usar camisas. E aquela mulher que tem maiores peitos é julgada mais bela do que as outras; de maneira que todas as mulheres, para os terem grandes, quando são de idade de dezassete para dezóito anos, fazem se ligar com uma corda ao redor do peito, que lhes cinje o peito no meio e caem para baixo; e com o muito puxar, todos os dias, os fazem crescer e alongar-se de tal maneira, que a muitas chegam até o umbigo. E apreciam estas que os têm maiores, como sendo coisa singular (CADAMOSTO, 1944, p. 30).

Ao passar pelo Cabo Branco e chegar próximo da região do Rio Senegal, que segundo ele divide os negros dos pardos, e que divide a terra seca e árida que é o deserto do azenegues mulatos, da terra fértil dos negros, o autor se diz maravilhado com os tipos de sujeitos que estavam em ambos os lados do rio e faz uma comparação entre eles

Parece-me maravilhosa coisa que além do rio todos são negríssimos, grandes, grossos e bem formados de corpo, e todo o país é verde, cheio de árvores e fértil; e deste lado há homens mulatos, pequenos, magros e enxutos, e de pequena estatura e o país é estéril e seco (CADAMOSTO, 1944, p. 31).

Chegando à terra dos primeiros negros do reino de Senegal, na baixa Etiópia, chamados por ele como Jalofos, o relato se torna ainda detalhado, contendo informações sobre os reis e como eles se mantêm no poder, dos costumes, das mulheres, da religião, das vestimentas e da maneira como fazem a guerra entre si. Cadamosto faz analogias, evocando o que lhe é conhecido para explicar a forma como o rei de Senegal mantém seu Estado: “este reino não é semelhante ao dos cristãos, porque seu reino é de gente selvagem e pobríssima” (CADAMOSTO, 1944, p. 33). Ou ainda:

Êste reino não se transmite por herança, mas no país há diversos senhores, os quais, às vezes, por ciúme da sua situação, se coligam três ou quatro e elegem um rei a seu modo, mas que seja de

ascendência nobre. Dura este rei o tempo que apraz aos ditos senhores, conforme o tratamento que dele recebem; e muitas vezes expulsam-no à força, e outras torna-se tão poderoso, que se defende dêles. Em suma, o seu estado não é permanente e firme, como é o do soldão do Cairo, mas sempre esta desconfiado de ser morto ou expulso (CADAMOSTO, 1944, p. 33).

Ao se reportar sobre alguns costumes dos homens desse lugar, Cadamosto faz outra analogia aos serviços realizados por mulheres: “sabei que muitos homens daqueles países fazem muitos serviços femininos, como fiar, lavar tecidos e outras coisas”. Ainda no plano das analogias, ele vai dizer sobre a sagacidade dos primeiros negros “e nas coisas que não têm experiência são simples e não sagazes, embora nas suas coisas de que têm experiência sejam sagazes como nós” (CADAMOSTO, 1944, p. 36).

O autor oscila entre elogios e críticas negativas em uma mesma descrição, como ao dizer dos hábitos dos primeiros negros com o corpo e com os modos com que se alimentam, ele afirma que são asseados no corpo porque o lavam de quatro a cinco vezes ao dia, mas são “sujos” no comer e sem regra alguma. Continua ainda dizendo que falam muito e nunca param e que a regra geral é que sejam extremamente mentirosos e enganadores, embora sejam bondosos, porque dão de comer e de beber a qualquer forasteiro que chegue a sua casa sem nenhuma retribuição (CADAMOSTO, 1944, p. 37).

Ao escrever sobre a maneira como esses sujeitos fazem a guerra, que ele descreve como mortíferas por se tratar de um combate corpo a corpo, sem armas, ele afirma que são atrevidos e bestiais, pois se matam como feras, não se importando com seus companheiros mortos, o que para ele é digno de ser relatado

As suas guerras são muito mortíferas, por estarem desarmados, e os seus golpes nunca são dados em falso, matando-se como se fossem feras; são muito atrevidos, e bestiais, e em qualquer pequeno perigo, deixar-se-hão antes matar, do que fugir, ainda podendo; não se atemorizam por ver o companheiro morto, antes parece não lhe importa, como homens costumados a isso, e que não temem nada a morte (CADAMOSTO, 1867, p. 29).

Em contrapartida, ao mencionar sobre as embarcações desses primeiros negros, elogia-los e diz que “estes taes Negros são os melhores nadadores do mundo, pela

experiencia do que eu vi a fazer alguns deles nestas terras” (CADAMOSTO, 1867, p. 29).

Bakhtin (1997, p. 43) vai dizer que, quando o eu contempla o outro, por mais parecido que sejam seus horizontes concretos, vividos por ambos, não coincidem. O eu sempre saberá e verá coisas que o outro não pode ver, por estar inacessível ao seu próprio olhar, e há o mundo inacessível para o eu que é acessível para o outro. Mas quando nos olhamos, os dois mundos se tornam acessíveis por meio do reflexo da pupila, e por meio de posições apropriadas é possível reduzir ao mínimo essa condição de horizontes diferentes. Mas para eliminá-la totalmente, seria preciso que o eu e o outro se fundissem num único eu.

Ainda dentro dessa premissa, o “excedente” constante da visão do conhecimento que o eu tem do outro é condicionado pelo lugar que o eu ocupa no mundo, e influencia um conjunto de atos internos e externos na maneira como o eu vai pré-formar o outro e que o completam justamente onde ele não pode se completar. Um desses atos, o de contemplação, que é decorrente do excedente da visão do eu com o outro, é propriamente o estético, em que o eu contém a visão formada do outro, cujo amadurecimento requer que ele complete o horizonte do outro sem tirar a sua originalidade (BAKHTIN, 1997, p. 45).

O eu deve se colocar no lugar do outro e depois de volta ao seu lugar, deve emoldurá-lo com tudo o que descobrir do lugar que ocupa fora dele, criar um ambiente que lhe cabe, mediante o excedente de sua visão (BAKHTIN, 1997, p. 45). Cadamosto, por várias vezes em seu relato, descreve o outro de maneira grosseira e diminuta, mas em seguida, dentro de uma mesma contemplação que ele faz do outro, talvez num ato de empatia ou estético (já que ele se preocupa com seu público de leitores), suaviza a descrição trazendo resquícios de grandeza do outro. O outro precisa ter atrativos que façam com a identificação, mesmo que mínima com ele aconteça.

Em outras passagens de seu relato, ao se referir sobre os negros e negras da terra do senhor de Budomel, o autor os chama de luxuriosos, e dos homens ainda continua dizendo que são ciumentos já que desconfiam de todos, inclusive de seus próprios filhos

E estes negros e negras são muito luxuriosos: porque uma das coisas principais que, repetidamente, me fez pedir Budomel foi que, por

ouvir que os cristãos sabiam fazer muitas coisas, me rogava que se porventura eu soubesse dar-lhe a maneira com que êle pudesse satisfazer muitas mulheres, me daria tudo o que de maior houvesse, e assim podeis entender o quanto apreciam este vício; e são muito ciumentos, não consentem que alguém vá ás casas onde vivem as próprias mulheres, e dos seus próprios filhos desconfiam (CADAMOSTO, 1944, p. 43).

O acima citado Budomel, que era o senhor daquele lugar, era tratado com tanta reverência pelos seus súditos, que Cadamosto (1944, p. 44) relata em tom sarcástico que “é tão reverenciado, que se o próprio Deus estivesse na terra não creio se lhe poderia fazer mais honra e reverência do que fazem estes negros ao seu senhor”, e diz que o senhor trata seus vassallos com aspecto arrogante: “depois quando seu vassallo falou, com aspecto arrogante, dá-lhe uma resposta de duas palavras”.

Mas, ao falar do Infante D. Henrique, Cadamosto sempre o encobre de elogios e ao contrário do Budomel que segundo ele era luxurioso, o Infante era casto e cheio de virtudes

Direi somente que, dotado de grande coração e engenho sublime e elevado, se entregou à milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, em pelejar com os bárbaros e combater pela fé; nunca quis tomar mulher, conservando sua juventude em razão da grande castidade; e fez muitas coisas notáveis em luta contra os mouros, quer com sua própria pessoa, quer com sua atividade, ambas dignas de memória (CADAMOSTO, 1944, p. 4).

Em outras passagens do relato, Cadamosto evoca esses sentimentos de conotação negativa ao se referir aos homens e mulheres de cor de pele preta, pode-se citar alguns deles: (1944, p. 46) “e comem no chão bestialmente, sem convenção alguma”; (1944, p. 47) “são péssimos lavradores e homens que não querem cansar-se a semear”; (1944, p. 60) “são grandes idólatras, não têm lei alguma e são homens cruelíssimos”.

Ao deixar o país do Budomel no reino de Senegal, Cadamosto vai adiante de Cabo Verde e chega até o reino do Gâmbia e, nesse percurso, ele se depara com dois grupos negros chamados por ele como “espécie de gente”: os Barbacinos e Serrereres. Segundo suas informações, esses dois grupos não possuíam senhores, nem rei, e

deduzindo o motivo, ele afirma que talvez para não serem escravizados e terem suas mulheres e filhos vendidos, como fazem os outros reis de todos os outros “reinos dos negros” por onde ele passou (CADAMOSTO, 1944, p. 60).

Cadamosto, ao se referir a esses dois grupos, vai dizer que mesmo sem um senhor, honram um ao outro e se protegem mutuamente de ataques de outros senhores. Ele os chama de cruelíssimos e que são exímios ao utilizar do arco e flecha

São negríssimos, e bem encorpados: o seu paiz he muito cheo de bosques, e abundante lagos, e de agoa; por isso se tem por muito seguro; porque nelle se não pôde entrar, senão por passos estreitos; e assim não temem nenhum senhor circunvizinho; tendo acontecido muitas vezes, que alguns Reis do Senegal, nos tempos passados, lhes quizerão fazer guerra, para subjugallos, e sempre tiveram a peor daquelas duas nações; tanto pelas setas envenenadas, de que usão, como pelo paiz ser muito áspero e difficultoso (CADAMOSTO, 1867, p. 45).

Ao chegar ao país do Gâmbia, ele se depara com “cento e cinquenta negros, que nos pareceram homens belíssimos de corpo, muito pretos, todos vestidos de camisas brancas de algodão, com chapelinhos brancos na cabeça” (CADAMOSTO, 1944, p. 66). Esses homens de cor de pele preta eram guerreiros enviados por algum rei da região do rio Gâmbia para expulsar os portugueses, que após tentativas de acordo, tanto pelo uso das armas como pelo uso da diplomacia, desistiram e decidiram retornar a Cabo Verde, rumo a Portugal. E sobre essa região, diz pouco, já que os homens de lá segundo ele são ásperos e selvagens, e não os receberam em terra para tratar de nenhuma coisa ou assunto. Terminando aí a primeira viagem de Cadamosto por terras atlânticas africanas.

Na segunda viagem, cerca de um ano depois, Cadamosto (1944, p. 77) retorna a região do rio Gâmbia junto com o capitão genovês Antoniotto Usodimare, e sobem o rio que antes não conseguiram. Cadamosto chega à região do reino do Gâmbia e lá ele conhece um de seus senhores, Batimansa, que os recebeu e com eles fez acordos comerciais.

Sobre os costumes e vestimentas desses sujeitos pretos, ele começa sua descrição pela maneira como eles professam a fé, (1944, p. 79), “que é a idolatria, por diferentes formas e com grande crença em encantamentos e outras coisas diabólicas que

sabem fazer”; sobre as vestimentas, por terem abundância de algodão em sua região, os homens e mulheres andavam sempre vestidos. Dos animais, os elefantes são novamente contemplados por Cadamosto e ele escreve um capítulo inteiro sobre eles, dizendo de seus dentes, pés, como são caçados e outras coisas.

Saindo das terras do senhor de Batimansa, pelo rio do Gâmbia, Cadamosto e Usodimare, juntamente com suas caravelas portuguesas chegam ao rio de Casamansa e de lá encontram um cabo que deram o nome de Cabo Roxo. Nessa região, ele conta como homens de cor de pele preta se aproximaram em barcas quase do tamanho das caravelas portuguesas e, desconfiados pegaram em armas para segurança dos seus, mas os homens tinham ido em paz, “quando se aproximaram, levantaram um lenço branco, atado a um remo, como para pedir segurança e nós lhes respondemos da mesma maneira” (CADAMOSTO, 1944, p. 86).

Esse encontro causou grande contrariedade, pois nenhum de seus intérpretes conseguiu entender ou se fazer entendido pelo novo grupo que se aproximou e por isso tiveram que partir sem conseguir entendê-los. E subindo adiante perceberam que o país era tão “novo” que em parte alguma conseguiriam se fazer entendidos

E vendo que estávamos num país novo e não podíamos ser entendidos, concluímos que era escusado ir mais adiante, porque julgávamos que teríamos encontrado cada vez uma nova linguagem e se não podia fazer coisa boa; e assim determinamos voltar para trás (CADAMOSTO, 1944, p. 86).

Após esses encontros, frustrados pela falta de habilidade na comunicação, Cadamosto e seus homens, juntamente com o capitão Usodimare, retornam para os locais habitados por cristãos e termina assim sua viagem que durou aproximadamente dois anos.

4.3 Discussão dos resultados

As representações encontradas nos relatos revelam a leitura de uma variedade de concepções acerca do continente africano, e não somente uma África. Essas várias áfricas inserem-se no plano mental e real de concepções, aprendidas por meio da conquista, pela experiência empírica proporcionada pelos contatos. Os viajantes europeus quatrocentistas foram os primeiros etnógrafos ocidentais. Em seus relatos

pode-se analisar a representação refletida em ideais cristãos que contribuem para o entendimento do etnocentrismo europeu e das ideias evolutivas de civilização que colocaram o Ocidente em uma posição de superioridade em detrimento das demais culturas (BARBOSA, 2013, p. 12).

Cadamosto, assim como os demais cronistas, também apresenta um relato etnográfico lançando sua atenção sobre diversos aspectos das práticas e costumes nativos e, a partir de uma análise mais aprofundada de sua obra, é possível identificar com maior clareza as diferenças culturais desses povos, assim como suas práticas sociais e estruturas políticas distintas, que refletem, ademais, no tratamento que os portugueses irão lançar a eles (BARBOSA, 2013, p. 10). O veneziano vai detalhar e descrever, cada local “descoberto” e cada povo e reino encontrado, assim como os animais e os tipos de alimentos que lá ele viu ou teve conhecimento, permitindo com que as possibilidades de estudos sobre sua obra seja das mais variadas.

Pela leitura de sua obra, é possível perceber que Cadamosto utiliza de certa objetividade em suas descrições, sobretudo ao dizer da geografia, dos espaços, dos animais e das vestimentas, mas ao descrever sobre os costumes dos homens e mulheres de cor de pele preta, ele lança mão da sua subjetividade e dentro da sua cosmovisão de mundo, representa esses sujeitos fazendo analogias com o que lhe é conhecido.

Ao se pensar em algumas discussões feitas até aqui, como a paleta mesológica presente na mentalidade do homem quinhentista, juntamente com uma mentalidade herdada dos princípios judaico-cristão – no qual o mundo de Cadamosto se inseria, pode-se dizer que, ao representar o africano de cor de pele preta, Cadamosto o cobria de imagens negativas ao passo que também o recobria de imagens positivas.

Sobre a paleta mesológica de cores existente no século XV, discutida no capítulo anterior, sabe-se que as cores recebiam um valor simbólico construído pelo homem em variados períodos e esse valor estava vinculado à gradação das cores brancas e negras: quanto mais se afastavam da cor branca e se aproximavam da cor negra o valor simbólico era recoberto de signos pejorativos e negativos, ou seja, a cor negra e as que estavam próximas a ela tinham o valor depreciado. Isso pode ser observado na literatura, no teatro, textos espirituais e religiosos, no valor das mercadorias e nas tonalidades de pele – percebe-se aí uma alusão à teoria racial baseada na cor e no tom

de pele. Cadamosto, contemporâneo a essa paleta cromática, provavelmente partilhava da mesma ideia de quais cores eram mais valorizadas em detrimento de outras.

Baktin, (1997, p. 73) sobre os princípios judaico-cristão, vai dizer que, na ótica adotada pelos princípios cristãos, um dos elementos constitutivos é a sacralização do corpo do homem, de suas necessidades corporais, tal como é aceito no judaísmo com base em uma experiência coletiva da corporalidade em que predomina a categoria do outro e uma percepção de si mesmo dentro dessa categoria, sendo a experiência ética do próprio corpo quase inexistente. Talvez, isso explique o grande interesse de Cadamosto em representar os corpos pretos e como os sujeitos se comportavam em sua narrativa.

Ao descrever as características físicas dos homens e mulheres de cor de pele preta, o autor sempre demonstrou agrado pelo o que via e, na maioria das vezes, elogiando-os, os descrevia como negros belos e belíssimos, em alguns trechos ele os chama de negríssimos enfatizando a cor da pele e fala de sua estatura e porte, mas de maneira objetiva. Já sobre suas habilidades físicas, como correr, saltar, arremessar, a descrição continua sendo apreciativa e indo além, pois em diversas falas de Cadamosto o homem de pele preta é tido como o mais destro, ligeiro, melhor nadador, melhor arremessador “do mundo”.

Já para as características culturais, a alteridade aumenta e, por vezes, faz com que o estranhamento do que é visto e presenciado por ele cause o distanciamento do que é tido como parâmetro e implica numa representação carregada de subjetividade e de símbolos negativos e pejorativos, como ao comparar os homens de cor de pele preta a seres bestiais e cruéis. Cadamosto se mostra incomodado em várias passagens de seu texto com o tipo fé que esses sujeitos proferiam, com os modos de se alimentarem, os modos com que os senhores se relacionavam com suas mulheres, suas maneiras de fazerem a guerra, a forma como faziam seu comércio. Questões muitas vezes dentro de uma condição moral e estética que dentro da ética propriamente dita.

Cadamosto escreve seu relato sobre suas viagens e sobre o homem de cor de pele preta dentro de uma perspectiva mais descritiva e objetiva, sendo por diversas vezes tomado por certa imparcialidade, mas ainda assim, por se tratar de um homem que narra suas experiências, sua subjetividade está presente na sua obra.

Cadamosto era um jovem de 22 anos quando partiu em naus portuguesas para suas primeiras viagens rumo à África e demonstra pelo seu relato a mentalidade de um jovem europeu aristocrata do início da modernidade: anseios por encontrar coisas novas, vontade de experimentar coisas nunca antes vistas ou sentidas, curiosidade em conhecer os povos locais e interagir com seus líderes, interesse em conhecer a geografia, a astronomia, os animais e as comidas. Já anos mais tarde, ao escrever seu relato, Cadamosto era um homem rico e experiente e provavelmente sua fortuna se deu por meio de suas viagens ao continente africano, mas sua ascensão social e o prestígio que ele conquistou na sociedade portuguesa e italiana foi adquirido pelo seu relato que, tornou-se famoso e recebeu diversas edições.

5 OBJETO DE APRENDIZAGEM

5.1 Dos desafios da docência

De acordo com Esteve, a uniformização e o aumento das responsabilidades dos professores não se fizeram acompanhar de uma melhoria efetiva dos recursos materiais e das condições de trabalho em que o docente se insere. Segundo ele, atualmente, o ensino é mais fruto do “voluntarismo dos professores do que uma consequência natural de condições de trabalho adequada às dificuldades reais e às múltiplas tarefas educativas” (ESTEVE, 1995, p. 106).

Os desafios que um professor da Rede Básica de Educação enfrenta diariamente são imensos: salas de aula precárias, livro didático em falta, salas de multimídia que não atendem ao número de alunos, falta de computadores suficientes na escola, alunos em situação de risco social, entre outros. E os professores ainda precisam competir com a *internet* e o uso dos celulares em sala de aula para ganhar a atenção do aluno.

As propostas curriculares mais recentes procuram centrar-se na relação entre ensino e aprendizagem, e não mais no ensino, como anteriormente. Essas propostas curriculares atuais renovam os métodos de ensino dentro de dois pressupostos: um deles sendo um pressuposto básico e fundamental que é a articulação entre método e conteúdo, o outro pressuposto, é que os atuais métodos de ensino devem se articular às novas tecnologias para que a escola possa se identificar com as novas gerações, pertencentes à “cultura das mídias”. As transformações tecnológicas afetam os meios de comunicação e introduzem novos referenciais para a produção de conhecimento e isso interfere nas propostas atuais dos métodos de ensino (BITTENCOURT, 2004, p. 107).

Os computadores e os novos suportes eletrônicos que competem com os antigos livros e com outros instrumentos de produzir e consumir informações escritas, além da televisão, revolucionou e ainda estão revolucionando as formas de se produzir conhecimento escolares, por sua capacidade e poder de estabelecer comunicações mais pessoais e interativas. Essas mudanças deixadas pelos meios audiovisuais geram sujeitos com novas habilidades e diferentes capacidades de entender o mundo (BITTENCOURT, 2004, p. 108).

Portanto, os novos métodos escolares precisam ser pensados de maneira que acompanhem essa série de mudanças causadas pelo mundo das mídias, e ter em mente que as tecnologias não são inimigas, mas também não podem ser usadas sem uma crítica profunda do que transmitem. O uso de computadores, filmes, jogos, corresponde a uma realidade moderna com a qual as crianças e jovens se identificam, mas esses suportes merecem atenção e métodos adequados que formulem a prática de uso educacional consciente (BITTENCOURT, 2004, p. 110).

Ainda de acordo com Bittencourt, um dos problemas decorrentes da tecnologia ser utilizada em sala de aula provém das desigualdades das condições de trabalho e da realidade escolar brasileira. O uso de computadores e mídias pode se transformar em mais uma barreira entre os que têm acesso a esses produtos e os que não têm. Alunos de escolas públicas, de periferias de grandes ou pequenas cidades, sendo assim esse consumo nas escolas, mais um instrumento de exclusão social e cultural, não somente entre os alunos, mas também entre as diversas gerações de professores (BITTENCOURT, 2004, p. 110).

Mas, diante desse mundo tecnológico vivido intensamente pelas atuais gerações, existe um compromisso pedagógico que não podemos desconsiderar. Não podemos voltar atrás e as atuais propostas curriculares de ensino devem incluir os suportes tecnológicos nos métodos de ensino, e estes precisam ser analisados em suas possibilidades paradoxais: contribuições e problemas decorrentes apresentados por eles (BITTENCOURT, 2004, p. 111).

5.2 Do Objeto de Aprendizagem desenvolvido

Um dos objetivos do Programa de Pós-graduação em História Ibérica, além de desenvolver a pesquisa em forma de dissertação, é criar um objeto de aprendizagem (OA) digital e interativo, relacionado à temática da pesquisa, atendendo uma especificidade do programa de Mestrado Profissional em História Ibérica, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação, para ser utilizado na facilitação do ensino de História nas escolas das redes de Ensino Fundamental II e Médio.

Os OA são vantajosas ferramentas de aprendizagem, e podem ser usados para o ensino de diversos conteúdos. Flexibilidade e possibilidade de reutilização são algumas das características de um Objeto de Aprendizagem, que facilitam a disseminação do conhecimento. Quanto a sua definição conceitual, os OA são definidos de acordo com uma concepção própria dos autores acerca da utilidade e importância do objeto para o ensino e a aprendizagem e varia de acordo com a abordagem proposta e os aspectos que estão associados ao seu uso educacional (AGUIAR; FLORES, 2014, p. 12).

Um OA “[...] é qualquer recurso digital que pode ser reusado para apoiar a aprendizagem”. Essa definição incorpora as palavras: “reusado”, “digital”, “recurso”, “aprendizagem”, conforme especifica o Comitê de Padrão de Tecnologia da Aprendizagem (*Learning Technology Standard Committee – LTSC*). Ainda, ao usar a expressão “apoiar a aprendizagem”, o autor procura capturar não só o que ele descreve como importantes atributos de um OA, mas também busca destacar que deve haver uma intencionalidade quanto ao processo de aprendizagem (WILLEY, 2000, p. 120 *apud* AGUIAR; FLORES, 2014, p. 13).

As autoras citam outra definição dos objetos de aprendizagem, como sendo constituídos em um módulo autoexplicativo, fazendo um sentido autossuficiente, sem a necessidade de complementos.

Um Objeto de Aprendizagem é qualquer recurso, suplementar ao processo de aprendizagem, que pode ser reusado para apoiar a aprendizagem, termo geralmente aplicado a materiais educacionais projetados e construídos em pequenos conjuntos visando a potencializar o processo de aprendizagem onde o recurso pode ser utilizado. (TAROUCOET AL., 2003 *apud* AGUIAR; FLORES, 2014, p. 14).

Pensando em algumas dessas definições e conceitos, desenvolvemos um OA que permita complementar os conteúdos trabalhados pelo professor em sala de aula, dentro

da temática da pesquisa e que possa ser interativo, digital e de fácil acesso aos alunos da rede pública de Educação. A Ferramenta escolhida para a produção do objeto de aprendizagem, foi o *software* educativo Xerte, desenvolvido pela Universidade de Nottingham.

De acordo com o *site* da Universidade, O Projeto Xerte é uma iniciativa para fornecer *software* gratuito de alta qualidade para educadores em todo o mundo, e para o desenvolvimento de materiais de aprendizagem interativos. Xerte também oferece conjunto bastante abrangente de ferramentas para criar conteúdo rico, interativo e altamente acessível. (*University of Nottingham, Uk/China/Malasya, The Xerte Project, 2017*). O que torna a ferramenta viável para a produção de um objeto de aprendizagem que contemple nossas propostas de acessibilidade.

Para o objeto de aprendizagem, desenvolvemos um conjunto de informações dentro da temática da Expansão Marítima Portuguesa do século XV que contém: diálogos, textos, imagens, questões interativas, mapas. O OA é voltado para o público de Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Nas páginas que seguem o conteúdo do OA, criamos um diálogo entre um navegador imaginário – Magalhães Mendes – que teria participado da viagem que culminou na chegada às Índias Orientais após dobrar o cabo da Boa Esperança em 1497/1499 a bordo das naus de Vasco da Gama, e o aluno. Tornando esse material atrativo e de bom conteúdo para o público pretendido. Nossa intenção é utilizá-lo inclusive, em aulas próprias e indicá-lo aos demais colegas professores. O OA desenvolvido na plataforma Xerte permite que o aluno ou o professor possa acessá-lo *online* e *offline*, o que é um grande atrativo para tornar o OA mais democrático.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, E. B., FLORES, M. L. P. Objetos de aprendizagem: conceitos básicos. In: TAROUCO, L. M. R. et al. (Org.) **Objetos de Aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- AGNOLIN, Adone. **O apetite da antropologia: o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá**. São Paulo: Humanitas, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, K. Q. Imagens da África: alteridade e identidade na expansão portuguesa do séc. XV. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BR: Conhecimento histórico e diálogo social, XXVII, 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013. Disponível em:
<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371265562_ARQUIVO_Imagens daAfricaAlteridadeeIdentidadenaExpansaoPortuguesadoSeculoXV.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português 1414-1825. Lisboa: Eds. 70, 2014
- CADAMOSTO, Luís de. **Navegações de Luiz de Cadamosto a que se ajuntou a viagem de Pedro de Cintra, capitão português**. Tr. do italiano. In: Coleção de notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas. Publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo II. Primeira edição. Lisboa. Typographia da Academia. 1812, p. 1 - 78. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=lq4EAAAQAAJ&pg=PR5&lpg=PR5&dq=navega%C3%A7%C3%B5es+de+luis+de+cadamosto+1812&source=bl&ots=8PgY0rrx7b&sig=BDhckvlbQgy2wnqjekFU3TKRMW4&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwIj5a6Y8LjcAhUEiJAKHXfXDCMQ6AEwA3oECAAQAQ#v=onepage&q=navega%C3%A7%C3%B5es%20de%20luis%20de%20cadamosto%201812&f=false>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- CADAMOSTO, Luís de. **Navegações de Luiz de Cadamosto a que se ajuntou a viagem de Pedro de Cintra, capitão português**. Tr. do italiano. In: coleção de notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios dos portugueses ou lhes são vizinhas. Publicada pela Academia Real das Sciencias. Tomo II. Segunda edição. Lisboa. Typographia da Academia. 1867, p. 1 - 73. Disponível em:
<<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008503&bbm/3861#page/10/mode/2up>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- CADAMOSTO, Luís de. **Navegações de Luís de Cadamosto**. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

- COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I: o que re-colheu boa memória**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- CORREIA, João David Pinto. Deslumbramento, horror e fantasia: o olhar ingênuo na Literatura de Viagens. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores**. Coimbra: Almedina, 2003. p. 11-33.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. A imagem do negro no relato de viagem de Alvisé de Cdamosto. **Revista POLITEIA Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 2 n. 1, p. 99-129, 2002.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **A descoberta da África**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente**. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. p.93-124.
- FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. **Sahel: a outra costa da África**. Curso apresentado no departamento de História da USP, setembro de 2004. Transcrição Daniela Baoudoin.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Ática, 10. ed. 1972.
- FERNANDES, J. R. B. A África nos relatos de Luís de Cadamosto. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: Saberes e práticas científicas, XVI., 2014, Rio de Janeiro. **ANAIS...** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400163678_ARQUIVO_AfricanosrelatosdeLuisdeCadamosto.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Entre o longe e o perto: bom e belo nas primeiras viagens portuguesas**. **Revista Portuguesa de História**, n. 46, Universidade de Coimbra: 2015. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/en/artigo/entre_o_longe_e_o_perto_bom_e_belo_nas_primeiras_viagens_portuguesas>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- HESPANHA, A.M. As cores e a instituição da ordem no mundo do antigo regime. In: J.F. FURTADO (Coord.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade Atlântica: Europa, Américas e África**. São Paulo, Annablume, 2008. p. 345 – 359.
- HORTA, J.S. A imagem do africano pelos portugueses antes dos contatos. In: A.L. FERRONHA (Coord.). **O confronto do olhar: o encontro dos povos na época das navegações portuguesas - séculos XV e XVI**. Lisboa, Editorial Caminho, 1991. p. 41-70.
- KESSELRING, Thomas. **O conceito de natureza na história do pensamento ocidental**. Episteme/Grupo interdisciplinar em Filosofia e História das Ciências, n. 11, p. 153-172, jul./dez. 2000.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. 4. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2009.
- LAHON, Didier. Da redução da alteridade a consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII). **Projeto História**, São Paulo, n. 44, 2012, p. 53-83.

LIMA, José Joaquim Lopes de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas, na África ocidental e oriental; na Ásia ocidental; na China e na Oceania**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=agg_AQAAMAAJ&printsec=frontcover&ouptut=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA138>. Acesso em: 01 ago. 2018

LOPES, Marília dos Santos. **Da descoberta ao saber**. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII. Viseu: Passagem Editores, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/2162652/Da_Descoberta_ao_Saber._Os_Conhecimentos_sobre_%C3%81frica_na_Europa_dos_s%C3%A9culos_XVI_e_XVII>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MAKOWIECKY, Sandra. **Representação: a palavra, a idéia, a coisa**. Cadernos de pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas da PPGICH. São Paulo, n. 57, dez. 2003, p. 2-25. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/download/.../4439>>. Acesso em: 10 jul. 2018

MAURO, Alessandra. **O Carro do Autro de Alvise Da' Cadamosto: Observações astronômicas e fortuna editorial**. Revista de Universidade de Coimbra, n. 35. Universidade de Coimbra: 1988. p. 463-475. Disponível em: <http://www.iict.pt/imagens/210.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações**. Salvador; São Paulo: EDUFBA: Casa das Áfricas, 2009-2011.

MICHELAN, K. B. A África muçulmana e a África negra no imaginário português do século XV e início do século XVI. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, XXVI., julho 2011, São Paulo. **Anais...**São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307289511_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6395/3837>>. Acesso em: 20/06/2018.

SANTAREM, Manuel Francisco de Souza. **Memória sobre a prioridade dos descobrimentos dos portugueses na costa ocidental d'África**. Oficina tipográfica de Fain e Thunot, Paris. 1842. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=N4_AAAAYAAJ&pg=PA22&lpg=PA22&dq=viagem+de+cadamosto+em+1455+ou+1444?&source=bl&ots=mWa1Y0R5x_&sig=uHldxIxQS1AtvlnrfMfHp1GZ14k&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjC5fLThuDcAhXCEpAKHWUkDZYQ6AEwBnoECAQQAQ#v=onepage&q=viagem%20de%20cadamosto%20em%201455%20ou%201444%3F&f=false>. Acesso em 07 jul. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América – A questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes. 2003. 287 p. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Tzvetan-Todorov-A-Conquista-da-America.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 39, p.: 13-24, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/letras/article/view/50/44>>. Acesso em 30 jul. 2017.

UNIVERSITY OF NOTTINGHAM. **The Xerte Project**, Nottingham, 2017. Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/xerte/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

VELOSO FILHO, F. de A. A expansão europeia dos séculos XV e XVI: contribuições para uma nova descrição geral da terra. **Revista Equador**, Teresina - PI, v.1, n. 1, p. 4-25, 2012.

ZIEBELL, Zinka. **Terra de canibais**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

ZURARA, Gomes Eanes de. Chronica do descobrimento e conquista de Guiné, escrita por mandado de el Rei D. Affonso V, sob a direção scientifica, e segundo as instrucções do illustre Infante D. Henrique / pelo cronista Gomes Eannes de Azurara. Pariz: publicada por J. P. Aillaud: na OfficinaTypographica de Fain e Thunot, 1841. Biblioteca Nacional de Portugal [online]. Disponível em: <<http://purl.pt/216>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ANEXO - Documento 29: A Abertura atlântica, referências cronológicas¹⁸.

1212: Batalha de Las Navas de Tolosa.

1291: Os muçulmanos apoderam-se do Acre. Desaparecimento dos irmãos Vivaldi no decurso da sua viagem à costa ocidental da África.

1306: Delegação etíope na Europa em busca de uma aliança.

1312: O genovês Lancello toMolocello chega às Canárias.

1402: Ocupação das Canárias pelos navegadores franceses Maciot de Béthencourt e Gadifer de la Salle.

1415: Os portugueses apoderam-se de Ceuta no Marrocos.

¹⁸M'BOKOLO, 2009, p. 257; 258-259.

1419 – 142: O infante D. Henrique organiza os grandes projetos de exploração e de conquistas navais.

1428: Aliança matrimonial entre a casa de Aragão e a família imperial da Etiópia.

1434: O português Gil Eanes dobra o Cabo do Bojador.

1437: Fracasso da expedição portuguesa contra o Tangêr; abandono de Ceuta.

1441: Antão Gonçalves e Nuno Tristão no Cabo Branco: primeira razia de escravos.

1442: Bula do papa Eugênio IV concedendo o perdão e a absolvição de todos os seus pecados aos “cristãos que, sob a bandeira de Cristo, se comprometessem...”.

1443 – 1444: Nuno Tristão em Arguim e na embocadura do Senegal. Construção do forte e de um entreposto de escravos em Arguim. Uma carregação importante de escravos negros é desembarcada em Portugal. Dinis Dias em Cabo Verde.

1445: João Fernandes na Costa da Gâmbia e nas regiões interiores do país.

1446: Nuno Tristão e vários dos seus companheiros assassinados nas paragens da Gâmbia (entre o rio Gâmbia e o rio de Lago?).

1447: Viagem do genovês António Malfante ao oásis de Tuat.

1453: Crónica dos feitos de guiné de Gomes Eanes de Zurara.

1455: Bula Romanus Pontifex do papa Nicolau V consagrando os direitos de Portugal sobre as descobertas africanas e sobre todas as terras a descobrir.

1455 – 1457: Alvise da Ca’Da Mosto redige a sua Relação das viagens à costa ocidental da África.

1456: Bula Inter Coetera do papa Calixto III confirmando os direitos de Portugal e encorajando a combater os muçulmanos.

1460: Pero de Sintra alcança a Serra Leoa. Morte do Infante D. Henrique

1462: Bula do papa Pio II condenando a sujeição e a venda dos naturais do além-mar convertidos ao cristianismo.

1469 – 1474: O reconhecimento e a exploração da África, concedidos a um capitalista de Lisboa, Fernão Gomes.

1471: Os portugueses voltam a ocupar Tânger e instalam-se em Arzila e Larache.

1471 – 1472: Os portugueses conquistam/invadem/descobrem/ancoram no Golfo da Guiné.

1474 – 1549: A exploração da África, monopólio da coroa portuguesa.

1476 – 1524: Os espanhóis ocupam as Ilhas Canárias.

1481: D. João II, rei de Portugal: recomeço dos empreendimentos africanos.

1482: Diogo Cão na embocadura do Congo/Zaire; fundação da fortaleza portuguesa de S. Jorge da Mina; primeira missa celebrada na Costa do Ouro.

1487 – 1488: Viagem de B. Dias que dobrou o Cabo da Boa Esperança.

1487 – 1491: Pedro da Covilhã em missão na Etiópia, na Índia e em Sofala.

1492: Cristóvão Colombo ancora no que viria ser a América.

1493: Bula Inter Coetera do papa Alexandre VI, concedendo à Espanha os mesmos direitos que a Portugal sobre as terras novamente conquistadas.

1494: Tratado de Tordesilhas partilhando as terras descobertas na África e no Novo Mundo entre a Espanha e Portugal.

1497 – 1499: Viagem de Vasco da Gama, abrindo o caminho marítimo para a Índia, pelo Cabo da Boa Esperança, Moçambique e a costa leste africana.

1515: Chegada à Espanha do primeiro carregamento de açúcar antilhano produzido por escravos.

1518: Primeiro transporte direto de escravos da África para as Antilhas.